

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 128/2021
Data: 18/08/2021

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
PORTO 360° DESTA SEMANA TRAZ MENTORES E DESAFIOS NAS REDES SOCIAIS DO GRUPO TRIBUNA.....	4
MAXWELL RODRIGUES: ARE YOU SHIPPING ME?	4
ESTADO ENCAMINHA DOSES PARA COMPLETAR VACINAÇÃO CONTRA COVID-19 DE TRABALHADORES DO PORTO DE SANTOS	5
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	6
COMEÇA NESTA QUARTA-FEIRA (18) CONSULTA PÚBLICA SOBRE ARRENDAMENTO DE ÁREA NO PORTO DE SANTOS	6
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	7
SOPESP RECEBE A VISITA DO DESEMBARGADOR CELSO RICARDO PEEL	7
INVESTIMENTO PREVISTO EM ÁREA NA MARGEM DIREITA DO PORTO PODE CHEGAR A R\$ 660 MILHÕES	8
PROGRAMA DESTAQUE EM SST MOTIVA AS EMPRESAS DO PORTO DO ITAQUI	9
FIESP DEBATE LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E DEFESA DA CONCORRÊNCIA	10
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF	13
TARCÍSIO CLASSIFICA MARCO FERROVIÁRIO COMO URGENTE: “VAI GERAR EMPREGOS E INVESTIMENTOS”	13
NOVE PROJETOS PRIORITÁRIOS DE INFRAESTRUTURA TERÃO INCENTIVO DO GOVERNO FEDERAL	14
MAIOR LEILÃO RODOVIÁRIO DA HISTÓRIA ESTÁ MARCADO PARA 29 DE OUTUBRO	16
ISTOÉ - DINHEIRO	17
GOVERNO QUER ARRECADAR R\$ 5 BILHÕES COM MEGA LEILÃO DE 300 MIL IMÓVEIS.....	17
MME PUBLICA DIRETRIZES PARA REALIZAÇÃO DO LEILÃO DE RESERVA DE CAPACIDADE DE 2021	18
SOCIAIS-DEMOCRATAS SUPERAM VERDES E SE APROXIMAM DE CONSERVADORES ALEMÃES ANTES DE ELEIÇÃO	18
GOVERNO PUBLICA DIRETRIZES PARA LEILÃO DE RESERVA DE ENERGIA EM DEZEMBRO	19
EXCEDENTES DA CESSÃO ONEROSA PODEM REPRESENTAR 56% DA PRODUÇÃO DE PARTILHA ATÉ 2030, DIZ PPSA.....	19
MONEYTIMES	20
MINISTRO PEDE VISTAS E ANÁLISE DO TCU SOBRE LEILÃO DE 5G É SUSPensa.....	20
SILVA E LUNA DESTACA EFICIÊNCIA DA PETROBRAS NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA	21
AGRONEGÓCIO DO BRASIL REGISTROU SUPERÁVIT DE US\$ 10,1 BILHÕES EM JULHO.....	22
MINISTRO DA INFRAESTRUTURA CONFIRMA QUE TRECHO DE TRANSNORDESTINA ATÉ SUAPE DEVE SAIR DA CONCESSÃO	24
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	24
17ª RODADA DA ANP TEM SEIS PRIMEIRAS INSCRITAS.....	24
EÓLICA E SOLAR NA BASE E ‘BATERIAS’ HIDROELÉTRICAS: AS PROPOSTAS PARA EVITAR CRISES ENERGÉTICAS NO BRASIL ...	27
GANHOS COM ENTRADA DE NOVO COMBUSTÍVEL DE AVIAÇÃO ESBARRAM EM GARGALOS DO MERCADO BRASILEIRO	30
JORNAL O GLOBO – RJ	33
SECRETÁRIOS DE GUEDES ALERTAM PARLAMENTARES PARA COMPLEXIDADE DO ORÇAMENTO 2022	33
RECUPERAÇÃO ECONÔMICA AINDA NÃO ESTÁ CONSOLIDADA, ALERTA ÓRGÃO LIGADO AO SENADO	34
RELATOR DA REFORMA DO IR DIZ QUE LOBBY PELA NÃO TRIBUTAÇÃO DE DIVIDENDOS BRECOU AVANÇO DA PROPOSTA.....	35
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	37
MINISTRO CONFIRMA QUE TRECHO DE TRANSNORDESTINA ATÉ SUAPE DEVE SAIR DA CONCESSÃO	37
CORREIOS: LÍDER DA MAIOR BANCADA NO SENADO DIZ SER 'IMPOSSÍVEL' APROVAR PRIVATIZAÇÃO ATÉ SETEMBRO.....	38
CRESCE A IMPORTÂNCIA DO ARMAZENAMENTO DE ENERGIA	39
COSAN E EMPRESA NORTE-AMERICANA DEMONSTRAM INTERESSE NA ES GÁS.....	40
INSERÇÃO DO BRASIL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL REQUER MELHOR RELACIONAMENTO COM TRANSNACIONAIS	41
VALOR ECONÔMICO (SP)	42
COMÉRCIO MUNDIAL MANTÉM RECUPERAÇÃO FORTE, MAS HÁ AMEAÇA, APONTA OMC.....	42
CBA VAI INVESTIR R\$ 4 BI ATÉ 2025 EM PRODUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE BAUXITA	44
PORTO CHINÊS SEGUE FECHADO E PIORA CONGESTIONAMENTO DE NAVIOS	45
G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO	46
'DEMOCRACIA NÃO PODE SER QUESTIONADA COMO VEM SENDO', DIZ PACHECO APÓS REUNIÃO COM FUX	46
PORTAL PORTOS E NAVIOS	47
ARTIGO - UM NOVO CONCEITO PARA DOCAGEM.....	47
17ª RODADA DE LICITAÇÕES: DIVULGADAS AS SEIS PRIMEIRAS EMPRESAS INSCRITAS	47
SISTEMA DE ARMAZENAMENTO DE CONTÊINER AUTOMATIZADO FAZ TESTE BEM-SUCEDIDO	48



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 128/2021
Página 3 de 53
Data: 18/08/2021
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

TECPLATA LIGARÁ PORTO DE SANTA FE AO BRASIL	48
ANTAQ AUTORIZA OPERAÇÃO DE INSTALAÇÕES EM MANAUS E PARÁ	48
ANTAQ REALIZA CONSULTA PÚBLICA PARA LEILÃO DE TERMINAL DE GRANÉIS SÓLIDOS EM SANTOS	49
PORTO DE VITÓRIA REGISTRA CRESCIMENTO DA MOVIMENTAÇÃO DE TODOS OS TIPOS DE CARGAS	49
PETROBRAS INCORPORA QUESTÃO CLIMÁTICA EM TODOS OS PLANEJAMENTOS E AÇÕES.....	50
VOLUMES EXCEDENTES DA CESSÃO ONEROSA DEVERÃO RESPONDER POR 56% DA PRODUÇÃO EM PARTILHA ATÉ 2030.....	51
PORTO DE SUAPE INVESTE R\$ 59 MILHÕES EM OBRAS DE INFRAESTRUTURA PARA MELHORAR COMPETITIVIDADE	51
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	52
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	52



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PORTO 360° DESTA SEMANA TRAZ MENTORES E DESAFIOS NAS REDES SOCIAIS DO GRUPO TRIBUNA

Programa vai ao ar nesta quarta (18), às 19h45 nas redes sociais de A Tribuna
Por: Redação



Marcio Cruz (à esq.) e Renato Santos (centro) participam do programa Foto: Reprodução

O consultor de inovação do Sebrae, Marcio Cruz, e o professor mestre da Strong/FGV, Renato Márcio dos Santos, são os convidados da edição desta quarta-feira (18), do Porto 360°. Eles abordarão o tema O Desafio dos Mentores. O programa começa às 19h45.

Para assistir, basta se conectar às redes sociais do Grupo Tribuna (no Facebook e no YouTube). A apresentação do Porto 360° é de Maxwell Rodrigues.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 18/08/2021

MAXWELL RODRIGUES: ARE YOU SHIPPING ME?

Como resultado da lei de oferta e demanda, os preços e taxas subiram a níveis impressionantes
Por: Maxwell Rodrigues - 18/08/21 - 07:46



Foto: Carlos Nogueira/AT

A cadeia de abastecimento global aparenta estar sofrendo e muito com os acontecimentos durante e pós-pandemia da covid-19. O atraso nos embarques e o fechamento dos portos devido à pandemia reduziram de maneira significativa a capacidade do sistema em se organizar logisticamente.

Como resultado da lei de oferta e demanda, os preços e taxas subiram a níveis impressionantes. Especialistas já afirmam que o valor se tornou proibitivo para empresas com commodities de baixo valor agregado, impossibilitando a importação destes produtos frente aos valores altos dos fretes.

Tudo vem ocorrendo pela falta de contêiner no mundo, onde os portos estão esgotados em sua capacidade, frente ao volume, e outros, com escassez, devido à lentidão de reposicionamento das caixas metálicas. É claro que operadores possuem navios extras, assim como a aviação possui aviões para atendimento de demandas pontuais, mas a demanda e o fluxo logístico foram tão afetados que está praticamente impossível equacionar a situação.

Além das dificuldades operacionais e de infraestrutura já conhecidas em nosso País, o arranjo logístico foi afetado de tal forma que uma eventual nova onda de covid pode estagnar as operações portuárias mundiais. Os preços no eixo leste-oeste chegaram a US\$ 32.000 para enviar alguns contêineres de Xangai para Los Angeles. No mundo dos negócios, essa é uma

maneira que o prestador tem de dizer ao cliente que não está interessado em fazer negócio. O preço é proibitivo

Um cenário assim desespera as empresas que montaram seus planos de negócios com base em fretes na casa de US\$ 1.000 a US\$ 2.000. A instabilidade dos preços vai afetar os negócios no mundo e, se o volume de negócios diminuir, a oferta de contêiner pode cair, uma vez que esse modal poderá deixar de girar no nosso eixo, ou seja, nos eixos norte e sul da navegação.

O mercado está tão preocupado que chegou-se a cogitar a cobrança de 'booking', um valor de reserva do fretamento de espaço antes mesmo da cobrança do frete. Isso afeta a previsibilidade na composição dos custos finais de materiais e produtos acabados. Dificilmente podemos compor custos com tanta variação. Ainda mais no Brasil, onde os impostos são cobrados em cima de importação de bens de consumo. Será que retornaremos ao processo inflacionário?

Índices mostram que taxas da costa oeste estão em US\$ 18.345, seis vezes mais do que no ano anterior, e o preço do frete para a costa leste dos Estados Unidos quadruplicou para US\$ 19.620. Já as taxas da Ásia ao Norte da Europa subiram 4%, e são oito vezes mais altas do que há um ano e 2,5 vezes mais do que no início do ano.

A alta da inflação nos transportes é mais do que muitos podem absorver. E, com o dólar beirando a casa dos R\$ 5,50, a situação fica muito mais preocupante para que possamos importar produtos no Brasil. Aliam-se os altos custos de impostos à falta de previsão nos preços, mais o risco possível da operação, e teremos valores que, com certeza, o mercado não consegue absorver internamente.

Com esse cenário, o modelo de estoque das fábricas muda significativamente, priorizando o que de fato é necessário. Com isso, o fluxo de importação diminui e, por tabela, cai o volume importado. Essa mudança afetará o número de contêineres destinados ao nosso País. Isso é um exemplo simples de uma equação do mundo dos negócios portuários.

Atualmente, está muito difícil conseguir contêineres ou espaço nos navios nos portos de origem, pois a demanda por frete marítimo continua a superar a oferta, mantendo os portos congestionados e os preços altos.

A enorme maré de importações em outros continentes atingiu os transportes aéreo, rodoviário, ferroviário e armazenamento, sobrecarregando a capacidade em muitos centros comerciais.

Será que conseguiremos embarcar nesse mundo tão competitivo e que poderá colapsar os custos? Como iremos girar a roda da economia nacional?

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 18/08/2021

ESTADO ENCAMINHA DOSES PARA COMPLETAR VACINAÇÃO CONTRA COVID-19 DE TRABALHADORES DO PORTO DE SANTOS

Um total de 17,8 foram encaminhados para a prefeitura para finalizar imunização de portuários

Por: Fernanda Balbino



17,8 mil doses foram enviadas para completar a vacinação dos trabalhadores portuários - Foto: Alexsander Ferraz/AT

O Governo do Estado mandou à Prefeitura de Santos 17,8 mil doses de vacina contra a covid-19 para completar a imunização dos trabalhadores do Porto de Santos. A aplicação será entre segunda e terças-feiras, das 9h às 15h, no Santos Convention Center, na Ponta da

Praia. Deve-se levar o cartão de vacinação com a primeira dose e documento de identidade com foto.

A imunização dos portuários começou em 27 de maio, quando os ministros da Saúde, Marcelo Queiroga, e da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, estiveram em Santos. Na ocasião, menos de 20 profissionais foram imunizados, pois não havia doses suficientes no ato simbólico. Dias depois, foi iniciada a imunização dos demais.

Estavam na lista funcionários de terminais, trabalhadores vinculados ao Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo), servidores federais que atuam em órgãos anuentes e funcionários da Autoridade Portuária de Santos (APS). Todos receberam doses da vacina Oxford/AstraZeneca.

Na época, reservaram-se dois locais para a imunização: o Santos Convention Center e uma área na sede da estatal que administra o Porto, no Macuco.

Para a segunda dose, diz a prefeitura, só o Santos Convention Center estará disponível. A Secretaria de Saúde informou que “do montante (17,8 mil) enviado a vários grupos, 12 mil doses foram destinadas pelo Estado para completar o ciclo vacinal dos trabalhadores portuários”.

Em nota, a Secretaria Estadual de Saúde informou que “o Plano Estadual de Imunização (PEI) envia doses suficientes em quantidade idêntica para aplicação de primeira e segunda doses nos públicos-alvos e em tempo oportuno para a vacinação, de acordo com o cronograma de vacinação estabelecido”.

A pasta informou que as vacinas repassadas para Santos deverão ser encaminhadas aos outros municípios que têm trabalhadores portuários — Guarujá e Cubatão, onde também se deu a primeira dose.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 18/08/2021



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

COMEÇA NESTA QUARTA-FEIRA (18) CONSULTA PÚBLICA SOBRE ARRENDAMENTO DE ÁREA NO PORTO DE SANTOS

A STS53 será destinada à instalação de terminal dedicado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente adubos (fertilizantes) e sulfatos

A ANTAQ está realizando consulta e audiência públicas, no período de 18 de agosto a 1º de outubro, para obter contribuições visando ao aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos à realização de certame licitatório referente ao arrendamento de área portuária localizada dentro da poligonal do Porto Organizado de Santos (SP), destinada à instalação de terminal dedicado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente adubos (fertilizantes) e sulfatos, denominada STS53. Trata-se da Audiência Pública nº 18/2021.

As minutas jurídicas e os documentos técnicos estão disponíveis aqui.

As contribuições poderão ser dirigidas à ANTAQ até às 23h59 do dia 1º de outubro, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico que estará disponível em <https://www.gov.br/antag/pt-br>, não sendo aceitas contribuições enviadas por meio diverso.

Será permitido, exclusivamente através do e-mail anexo_audiencia182021@antag.gov.br, mediante identificação do contribuinte e no prazo estipulado, anexar imagens digitais, tais como

mapas, plantas e fotos, sendo que as contribuições em texto deverão ser preenchidas nos campos apropriados do formulário eletrônico.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do formulário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretaria-Geral - SGE, desta Agência, no caso de Brasília/DF, ou nas suas Unidades Regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no site da ANTAQ.

As contribuições recebidas serão disponibilizadas aos interessados no portal da Agência.

Audiência Pública

Com o objetivo de fomentar a discussão e esclarecer eventuais dúvidas sobre o ato normativo, será realizada audiência pública, na forma presencial ou telepresencial a depender das condições de saúde pública vigentes, em data, horário e local a serem definidos e comunicados oportunamente.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 18/08/2021



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

SOPESP RECEBE A VISITA DO DESEMBARGADOR CELSO RICARDO PEEL



Durante a visita, temas importantes sobre o setor portuário também foram discutidos – Foto: SOPESP/AGENCIA SAMBA

Na manhã desta quarta-feira (18), o Sopesp (Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo) recebeu em sua sede a visita do desembargador federal, Celso Ricardo Peel Furtado, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

O magistrado foi recebido com um café da manhã pelo presidente da entidade, Régis Prunzel, acompanhado do diretor-executivo, Ricardo Molitzas, da Assessora Jurídica, Gislaíne Heredia e dos membros do Conselho Diretor e Fiscal do SOPESP.

Durante a visita, temas importantes sobre o setor portuário também foram discutidos.

Para o presidente do SOPESP, foi um momento importante para destacar alguns assuntos do setor e apresentar um cenário de constantes avanços das operações portuárias nos Portos da Baixada Santista.

“Priorizamos sempre uma comunicação integrada com nossas associadas, por isso, é de suma importância esse trabalho em conjunto com a Justiça do Trabalho”, comenta Régis.

Pela primeira vez na sede da entidade, Celso destacou a importância desse contato nas relações trabalhistas.

“Eu acredito que a Justiça do Trabalho e seus membros devem ter um diálogo aberto com os Sindicatos e os Operadores Portuários, de forma específica na questão de Direito Portuário, um dos pontos mais importantes da TRT2 na Baixada Santista e do Tribunal, em razão do elevado número de questões dos conflitos, não só individuais e coletivos entre as categorias profissionais e econômicas”, afirma o desembargador.

Celso Peel também é Mestre em Direito da Saúde e professor na Universidade Santa Cecília.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 18/08/2021

INVESTIMENTO PREVISTO EM ÁREA NA MARGEM DIREITA DO PORTO PODE CHEGAR A R\$ 660 MILHÕES



Foto por: Rodrigo Martins/Santa Portal

O diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação da Santos Port Authority (SPA), Bruno Stupello, concedeu entrevista nesta terça-feira (17) ao Programa Porto & Negócios, da Santa Cecília TV. O principal tema abordado durante a entrevista foi o futuro arrendamento da área STS 53, que fica no bairro de Outeirinhos, na margem direita do Porto de Santos.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) abre na quarta-feira (18) a consulta pública para o futuro arrendamento da área STS 53. O local está destinado para um terminal dedicado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente adubos (fertilizantes) e sulfatos.

A consulta receberá contribuições até o dia 1º de outubro. Interessados poderão apresentar suas sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos à realização do certame licitatório. No site da Antaq, haverá um link pelo qual poderá ser preenchido formulário para participação no processo.

“O terminal do STS 53 fica na região de Outeirinhos integra o cluster de fertilizantes e trará a capacidade para o Porto de Santos de recuperar a carga que hoje é movimentada por outros portos brasileiros. A consulta pública está sendo aberta agora (dia 18) e fica aberta até o dia 1º de outubro para que as contribuições sejam apresentadas. Até dia 1º outubro terá um dia que será marcada a audiência pública, em caráter virtual, para colher ainda mais contribuições”, explicou Stupello, em entrevista ao Santa Portal.

A área do STS 53 está localizada em região destinada à movimentação de granéis sólidos minerais, de acordo com o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos.

Após a consulta pública e a audiência, o arrendamento da área deve ocorrer em 2022. “Após esse período de trabalho interno do Ministério da Infraestrutura e a aprovação da modelagem pelo TCU, o período estimado para a realização da licitação é o final do primeiro trimestre ou começo do segundo trimestre do ano que vem”, disse.

O diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação da SPA ainda falou da capacidade de investimento que essa área deve receber. “A modelagem que está sendo colocada em consulta pública indica um investimento obrigatório da ordem de R\$ 660 milhões para exploração do terminal por 25 anos. A partir do leilão, o vencedor tem de três a quatro anos para fazer esse investimento, visando que o terminal esteja capacitado para operar dentro de um prazo mínimo de tempo, de forma que a empresa vencedora do leilão tenha o retorno do seu investimento ao longo do período de concessão”, concluiu.

As minutas jurídicas e os documentos técnicos objeto do presente aviso de audiência pública estarão disponíveis no

O formulário para participação no processo de consulta pública estará disponível no site (clique aqui)

A entrevista com Bruno Stupello vai ao ar na próxima quinta-feira (19), às 20h. O programa tem a apresentação de Natalie Nanini e os comentários de Casemiro Tércio, diretor de assuntos portuários do Sistema Santa Cecília de Comunicação. As reprises do programa vão ao na terça, às 20h, sábado às 11h e domingo às 13h.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 18/08/2021

PROGRAMA DESTAQUE EM SST MOTIVA AS EMPRESAS DO PORTO DO ITAQUI

Informação: EMAP - Porto do Itaquí (18 de agosto de 2021)

Um dos grandes desafios para a área de Saúde e Segurança do Trabalho é motivar as pessoas a incorporar práticas seguras e monitorar ações sem, no entanto, parecer um censor com a função somente de punir falhas. Para tornar o Porto do Itaquí um ambiente cada vez mais seguro para todos que aqui trabalham, a COSET lançou, em janeiro deste ano, o Programa Destaque em SST

A iniciativa, que começou a valer em fevereiro deste ano, avalia e destaca empresas que atuam dentro da poligonal do porto por suas ações e comprometimento com a segurança. “O objetivo é engajar as lideranças das empresas para as boas práticas em saúde e segurança do trabalho e ao mesmo tempo melhorar a fiscalização”, afirma a coordenadora do programa, Francynildes Serra.

Os líderes de equipes do Consórcio HTPB (HTB Piacentini), responsável pela obra de construção do Berço 99 do Porto do Itaquí, se apropriaram do sentido da palavra motivação de tal modo que hoje o grupo é campeão do Programa Destaque por seis meses consecutivos.

Para Kleber Ferro, gerente de Contratos da Piacentini, o programa tem sido um grande motivador para todo o grupo. “É uma ferramenta importante que favorece o engajamento e tem despertado a criatividade da equipe”. E criatividade é o que não falta ao Luís Conceição, engenheiro de Segurança do Trabalho do Consórcio HTB Piacentini, que apresenta as ideias de campanhas, como a dos Vingadores no período mais crítico da pandemia de covid-19. Seja você também um super-herói foi o mote da campanha que levou super-heróis para a área primária com o objetivo de reforçar os cuidados com a prevenção à doença.

No momento, embalado pelos sucessivos certificados mensais, ele vem trabalhando com a mensagem não quebre regras, quebre recordes. “Todo o investimento precisa estar voltado para as pessoas”, diz.

O segredo da motivação, segundo Luiz Fernando Oliveira, gerente de Contratos da HTB, é a valorização da segurança desde a alta direção. “Temos metas internas e trabalhamos para fazer melhor a cada dia. Manter o nível é mais difícil”, afirma.

“O Programa Destaque em Saúde e Segurança da EMAP veio para consolidar uma transformação cultural e nós firmamos esse compromisso, que é uma oportunidade para as empresas mostrarem o que tem de melhor”, disse Gustavo Soares Santana, responsável pelo setor de SSQV da Suzano no Porto do Itaquí, empresa que está investindo mais de R\$ 200 milhões no Porto do Itaquí, o que inclui a construção do Berço 99.

Critérios

Para obter pontos no programa a empresa é avaliada em diversos critérios, dentre os quais a realização de inspeção mensal em SST, envio dos indicadores mensais preenchidos corretamente dentro do prazo estabelecido, atendimento a plano de ação de investigação de incidentes, participação da liderança e da SESMT na reunião mensal de SST, além de boas práticas.

Algumas dessas boas práticas ganham bônus, como realização de campanha de SST, registro de Zap Seguro pelos trabalhadores, registro de quase acidente e realização de auditoria de SST.

Perdem pontos as empresas que tiverem registro de incidente com lesão, plano de ação com atividades pendentes, notificação ou interdição emitida pela EMAP, ausência na reunião mensal de SST e atraso no envio dos indicadores.

A apuração é mensal e divulgada em reunião mensal de SST, com entrega de certificados e a cada ano será feita a premiação anual, com certificado de Destaque do Ano entregue na primeira reunião do ano seguinte, por um representante da diretoria da EMAP. Para esse momento tão especial está previsto um evento de reconhecimento aos trabalhadores que se empenharam nas boas práticas de saúde e segurança e as empresas com melhor pontuação serão reconhecidas no site do Porto do Itaquí.

“O programa Destaque é, por tudo isso, um chamado para que as empresas não só adotem boas práticas, mas que também compartilhem com a comunidade portuária, promovendo uma corrente positiva para tornar o Porto do Itaquí cada vez mais seguro”, afirma a gerente de Saúde e Segurança da EMAP, Jackeline Gama.

Todas as empresas que atuam na poligonal do Porto do Itaquí podem participar do programa. Mais informações podem ser obtidas na Coordenação de Saúde e Segurança (coset@emap.ma.gov.br).

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 18/08/2021

FIESP DEBATE LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E DEFESA DA CONCORRÊNCIA

Informação: FIESP (18 de agosto de 2021)



Fotos: Everton Amaro/Fiesp

Diante do protagonismo dos dados na economia digital, o Departamento Jurídico da Fiesp (Dejur) reuniu, na quinta-feira (12/8), autoridades do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor (Senacon) para discutir sobre

a defesa da concorrência no Brasil com foco na intersecção entre o antitruste – defesa da concorrência -, a defesa do consumidor e a proteção de dados pessoais.

Helcio Honda, vice-presidente do Conselho Jurídico da Fiesp (Conjur) e diretor titular do Dejur da Fiesp e do Ciesp, reforçou sobre a importância e relevância do tema na atualidade, e pediu a palavra dos convidados e dos representantes dos departamentos participativos da Federação.

Celso Campilongo, coordenador do Grupo de Estudos de Direito Concorrencial da Fiesp e do Ciesp, chama a atenção sobre a relação do microsistema da lei antitruste com uma outra lei normativa, a legislação de proteção de dados. “Ao contrário que muitos pensam, que o antitruste é cada vez mais econômico, do ponto de vista jurídico, na verdade, ele estabelece as relações com outras áreas do Direito. A proteção de dados é tratada como um tipo de ativo para tratamento

econômico e análises de mercado”. Segundo ele, as próprias análises que o Cade faz às vezes passam despercebido, sendo em muitas operações o principal ativo em questão – o volume de dados que recebe numa aquisição ou, eventualmente, para uma conduta anticoncorrencial.

Proteção de dados e segurança cibernética

Em relação à proteção de dados pessoais e segurança cibernética, o Departamento de Defesa e Segurança (Deseg) da Fiesp vem trabalhando há sete anos com essa agenda de forma multidisciplinar, envolvendo outros departamentos, como o Jurídico e a Infraestrutura, além da concorrência.

“Presenciamos um capitalismo movido a dados, atualmente, é mais do que um novo petróleo, um mero insumo. Esses dados pessoais são a mola propulsora de diversos mercados. Parte da economia é pautada no uso de dados, mesmo nos setores mais tradicionais. E o direito concorrencial lida com o poder econômico, vinculado a esse processamento de dados”, disse Rony Vainzof, diretor do Deseg.

Ele menciona também que as empresas mais poderosas do mundo são aquelas que conseguem exercer um amplo poder econômico e político, seja em relação aos usuários e concorrentes ou à sociedade em geral. “Os negócios movidos a dados refletem essas novas reflexões diante do poder e de eventuais novas formas de abuso. Há uma discussão muito coerente da ampliação e da finalidade do direito da concorrência sobre o viés do poder político, uma vez que as plataformas digitais se tornaram agentes políticos”, complementou Vainzof.

Para o advogado Alfredo Scaff Filho, o ritmo e os valores da sociedade mudaram muito no século 21. “Teremos que lutar por melhores leis, melhores normatizações, por um Cade cada vez mais influente e por um direito concorrencial cada vez mais presente”. Ele levanta algumas questões: como um jovem advogado saindo da graduação está encarando esse mundo novo, como o direito concorrencial vai bater às portas da mediação da arbitragem e como está o preparo do Judiciário em relação a essa pauta?

Informação como ativo no mundo digital

Integrante do Grupo de Estudos de Direito Concorrencial da Fiesp e Ciesp, Denise Junqueira, conduziu os debates nesse encontro, e destacou que a informação é o principal ativo presente em diversas tecnologias da informação e da comunicação, porque gera e usa dados a todo momento. “Com a pandemia essa relevância cresceu de forma exponencial. Nos últimos anos observamos eventos e esforços de pesquisa no Brasil e no exterior na tentativa de mapear os desafios e desenhar possíveis soluções para defesa da concorrência em ambientes onde cada vez mais tudo é digital”, informou Junqueira.

Um exemplo apontado são os Estados Unidos, o The Stigler Center, na Universidade de Chicago, formou um comitê de plataforma digital para analisar o poder econômico de agentes nesse meio. Na Europa, também há um movimento, a Comissão Europeia encomendou um extenso estudo focado na necessária evolução da política da concorrência para fomentar a inovação pró-consumidor, na era digital.

Já no Brasil temos o Cade com dois estudos, assim como a ANPD e o Senacon, que lançou nesta quarta-feira (10/8), uma campanha educativa para informar aos consumidores sobre proteção de dados diante das recentes pesquisas que mostram aumento de mais de 50% de queixas sobre vazamento de dados, segundo Junqueira.

Para compor a mesa de debates, estiveram presentes a conselheira do Cade, Lenisa Prado, a diretora da ANPD, Miriam Wimmer, e a secretária do Senacon, Juliana Domingues. Por ser uma legislação nova, como a Lei de Proteção de Dados Pessoais, (LGPD), essa discussão será só o início.

Sobre o antitruste, privacidade e consumo, Lenisa Prado faz algumas reflexões para o futuro:

- A interface de cumprimento normativo – Há formas tanto de cumprir quanto de descumprir a Lei Geral de Proteção de Dados levantando questões concorrenciais. O Cade já enfrenta questões do tipo com o Direito Tributário com prevenção à Lavagem de Dinheiro, e, principalmente, com a Regulação Setorial;
- Privacidade x Publicidade – Às vezes interessa à proteção da concorrência que os dados corram. E, ocasionalmente, o acesso exagerado à informação pode criar incentivos perversos à cartelização ou abuso do poder econômico.
- Indução do consumidor e concorrência – Até onde a indução do consumidor será matéria de Direito do Consumidor.
- O pêndulo da constitucionalização e economicização do antitruste
- Critérios de submissão obrigatórias de atos de concentração ao Cade – Precisamos reformular a Lei n. 12.529, Art. 88, caput e a Resolução 2/2012 ou as exceções podem ser corrigidos pelo § 7º do Art. 88
- Mercados digitais e instrumentos de análise concorrencial – O Direito da Concorrência precisa de novos instrumentos, doutrinas e proxies para lidar com mercados relevantes, efeitos de rede, monopólios naturais subsídios cruzados e killer acquisitions nos data?driven markets da economia digital?

“O direito da concorrência precisa lidar mais com a própria racionalidade do macrossistema do que mesmo revisar as suas normas internas”, ponderou Prado.

Para baixar a apresentação feita pela conselheira do Cade, Lenisa Prado, [acesse aqui](#)..

De acordo com Wimmer, no âmbito internacional, há a tendência em lidar com esses fenômenos por meio de aprimoramento de marcos da economia de plataformas. Na Europa há o debate sobre digital service act e digital market act. E, no Brasil, existem os Acordos de Cooperação Técnica (ACT).

“Temos ACTs com o Cade e a Senacon que já começaram a render frutos concretos, inclusive por meio de investigações concretas. Um exemplo é um caso do WhatsApp e Facebook que acabou motivando uma recomendação conjunta assinada por quatro órgãos (Cade, Senacon, Ministério Público e ANPD).

Domingues enfatiza que o momento atual é singular no mundo jurídico e defende sobre as parcerias interinstitucionais para evitar que cada autoridade tome uma decisão incompatível com a outra. “Trazer novos instrumentos não é rejeição à metodologia econômica e política, que são baseadas em evidências que sempre foi o mote da análise concorrencial. Precisamos, de fato, pensar como fazer esse refinamento ou adaptação diante das mudanças promovidas pela economia digital”, alertou.

Com a pluralidade de pensamentos, Domingues diz que se deve abrir o diálogo para ouvir outros lados e novas propostas, como economia comportamental e todas as questões que precisam ser analisadas. “Os diálogos são essenciais para evitar os custos de transação, maximizando ambientes de inovação, sem perder tudo o que foi construído ao longo dos anos evitando, assim, os custos sociais da concentração do poder econômico. Podemos trabalhar com mecanismos de public choice”.

Ruy Coutinho, coordenador do Grupo de Estudos de Direito Concorrencial da Fiesp e Ciesp, encerrou falando que os temas levam à promoção do bem-estar de todos por integrar princípios de liberdade econômica e do direito à privacidade, garantidos pela Constituição Federal.

“Esse encontro insere o Brasil no debate internacional sobre a conjunção desses três temas transversais, a exemplo que está acontecendo em outros países onde têm órgãos amadurecidos em torno da matéria por ordem jurídica do mercado”, destacou.

Assista ao webinar na íntegra pelo youtube da Fiesp.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 18/08/2021

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

TARCÍSIO CLASSIFICA MARCO FERROVIÁRIO COMO URGENTE: “VAI GERAR EMPREGOS E INVESTIMENTOS”

Em audiência no Senado Federal, ministro da Infraestrutura defende urgência na votação do tema como forma de garantir segurança jurídica aos estados brasileiros – Crédito: Roque Sá/Agência Senado

O Marco Legal das Ferrovias, hoje tramitando no Senado Federal sob forma do Projeto de Lei do Senado (PLS) 261/2018, é essencial para garantir segurança jurídica para a ampliação da malha ferroviária e gerar empregos e investimentos no Brasil. Neste cenário, a aprovação da proposta pelo Congresso Nacional é urgente, avaliou o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas nesta terça-feira (17).



Crédito: Roque Sá/Agência Senado

“A segurança jurídica é essencial no momento que estamos vivendo. Com o marco regulatório aprovado, poderemos garantir empregos e investimentos, onde todos estão querendo e procurando. Precisamos abrir uma exceção no processo do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para que, em curto prazo, os estados consigam essa autorização ferroviária”, afirmou o ministro, durante audiência pública na Comissão de Infraestrutura do Senado.

MEDIDA PROVISÓRIA – No debate, o ministro disse que a edição de uma medida provisória possibilitaria a ampliação da malha nacional tanto por concessão, como existe hoje, quanto por autorização a operadores privados. Tarcísio de Freitas destacou ainda importância de os ramais estaduais e privados confluírem com as ferrovias nacionais já existentes ou que surjam a partir de autorizações e concessões federais, o que vai assegurar o escoamento da produção pelos portos do país.

“É urgente agora que a gente possa ter uma norma federal que traga segurança jurídica para seguir nessa jornada. Inclusive, em respeito às iniciativas dos estados. Nesse meio tempo, Mato Grosso, Minas Gerais e Pará aprovaram legislação, e temos Pernambuco, Paraná e Santa Catarina encaminhando legislação”, declarou o ministro. Segundo ele, a MP não interferiria nessas iniciativas estaduais, que carecem de segurança jurídica. A competência para legislar sobre trânsito e transporte cabe à União.

OBRAS EM SC – Durante a audiência, também foi discutida a situação das obras rodoviárias em andamento em Santa Catarina, estado do senador Esperidião Amin (PP-SC), que propôs o debate. Ele e outros integrantes da bancada catarinense destacaram o encaminhamento de emendas parlamentares e até verba do governo de Santa Catarina para garantir o avanço de projetos federais de infraestrutura em execução.

O ministro atualizou os parlamentares sobre os status das obras federais em execução no estado nas BRs 163, 280, 470, 158 e 282. Também explicou os fatores limitantes ao avanço das melhorias, devido à complexidade geológica e topográfica, entre outros motivos: muitas vezes, a

configuração do solo impede que um trecho seja concluído enquanto outro avança rapidamente. “Na BR-470, por exemplo, há quatro frentes de serviço em andamento, do lote 1 ao lote 4, todas avançando”, explicou.

Na 282, conforme o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), estão previstos 40 quilômetros de terceira faixa no sentido Leste-Oeste, e de 28 quilômetros no sentido inverso. Questionado pelos parlamentares, o ministro admitiu não haver previsão de melhorias no trecho entre Lages e o litoral, considerado pelos senadores catarinenses como fundamental ao escoamento da produção pelos portos da região. O ministro determinou ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) a elaboração do projeto de engenharia do trecho, o que será fundamental à análise da viabilidade da obra e levantamento dos custos.

Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 18/08/2021

NOVE PROJETOS PRIORITÁRIOS DE INFRAESTRUTURA TERÃO INCENTIVO DO GOVERNO FEDERAL

Dois foram autorizados via debêntures incentivadas e outros sete através do Reidi. Juntos, representam mais de R\$ 1,1 bilhão em investimentos

O Governo Federal, através do Ministério da Infraestrutura pela Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias, classificou nove projetos de infraestrutura como prioritários para receberem incentivos fiscais. Juntos, eles representam investimentos estimados de mais de R\$ 1,1 bilhão – e uma desoneração de R\$ 94 milhões. Dois deles terão benefícios através de debêntures (dois rodoviários) e sete pelo REIDI (dois rodoviários e cinco portuários).

No acumulado do ano, o Mlnfra já autorizou as debêntures incentivadas para 10 projetos: cinco no setor rodoviário; dois no ferroviário; e três no portuário – o que equivale a R\$ 3,3 bilhões em investimentos. Além disso, outros 13 tiveram as emissões realizadas pelo mercado de capitais brasileiro, o que corresponde a R\$ 5 bilhões.

Já em relação ao REIDI, 13 projetos foram incluídos no regime durante 2021: três no setor rodoviário; quatro no ferroviário; e seis no portuário. Isso representa cerca de R\$ 18 bilhões em investimentos e uma desoneração estimada de R\$ 906 milhões.

ENTENDA – Debêntures incentivadas são títulos que possuem benefício tributário para os seus adquirentes, desde que relacionadas aos projetos de investimento na área de infraestrutura definidos como prioritários pelo Governo Federal. Esse instrumento é um mecanismo de funding de longo prazo, via mercado de capitais, de grande relevância, sendo uma alternativa às fontes tradicionais de financiamento.

Já o Reidi tem como objetivo a desoneração da implantação de projetos de infraestrutura através da suspensão da incidência das contribuições para PIS e Cofins sobre bens e serviços utilizados ou incorporados ao ativo objeto de obra de infraestrutura.

Projetos aprovados – Julho/2021

Debêntures Incentivadas

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. – CART

O Projeto da empresa Concessionária Auto Raposo Tavares S.A., denominado “Projeto Rodovia Corredor Raposo Tavares”, tem por objeto a exploração e operação da rodovia denominada Raposo Tavares, no Estado de São Paulo, nos termos do Contrato de Concessão Rodoviária nº 002/ARTESP/2009, e consiste no reembolso de despesas efetuadas nos 24 meses anteriores à data de encerramento da oferta pública e no pagamento futuro para amortização de parcelas

futuras das dívidas contratadas pela CART, com o intuito de pré-pagar, liquidar, recomprar e/ou resgatar as dívidas contratadas, investimento e operação do Corredor Raposo Tavares.

Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S.A.

O Projeto da empresa Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S/A, denominado “Projeto de Concessão da Rodovia Estadual MT-130”, tem por objeto social realizar, sob o regime de concessão, a recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do Sistema Rodoviário Estadual que compreende a Rodovia MT-130, com extensão de 140,6 km, no Estado do Mato Grosso, referente ao Contrato de Concessão nº 008/2021/00/00 – SINFRA.

Reidi

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Projeto na área de infraestrutura de transporte rodoviário, denominado “Corredor Dom Pedro I”, que tem por objeto a exploração do sistema rodoviário, compreendendo, a operação, manutenção, conservação e obras de ampliação na malha rodoviária do Corredor Dom Pedro I, constituído pelas rodovias SP-065, SPI-084/066, SP-332, SP-360, SP-063, SP-083, SPA-122/065, SPA-067/360, SPA-114/332, prolongamento da SP-083 – Anel Sul de Campinas e Via Perimetral de Itatiba e outros segmentos de rodovias transversais, com extensão aproximada de 297 km, no Estado de São Paulo, referente ao Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009.

Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S.A.

Projeto na área de infraestrutura de transporte rodoviário, denominado “Concessão da Rodovia Estadual MT-130”, que tem por objeto realizar, sob o regime de concessão, a recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do Sistema Rodoviário Estadual que compreende a Rodovia MT-130, com extensão de 140,6 km, incluindo todos os elementos integrantes da faixa de domínio, acessos, alças de interseções, pistas centrais, laterais e marginais, ligadas diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão, no Estado do Mato Grosso, referente ao Contrato de Concessão nº 008/2021/00/00 – SINFRA.

Terminal de Vila Velha S.A – TVV

Projeto na área de infraestrutura de transporte portuário, denominado “Projeto de Modernização dos Equipamentos do Terminal de Vila Velha”, que tem por objetivo adequar o terminal ao atendimento de embarcações de maior porte e proporcionar a modernização e a eficiência do terminal, ampliando a capacidade para a movimentação de cargas, com média de 286.000 contêineres/ano para o ano de 2024, contemplando a aquisição e a implantação de novos equipamentos e sistemas para a melhoria da produtividade na operação do sistema de berços e do pátio, no Município de Vila Velha, no Estado do Espírito Santo, referente ao Contrato de Arrendamento ASSJUR nº 016/98.

CELBA 2 – Centrais Elétricas Barcarena S.A.

Projeto na área de infraestrutura de transporte portuário, denominado “Terminal GNL Barcarena”, que tem por objetivo a construção de Terminal de Gás Natural Liquefeito (GNL), que irá se localizar dentro da poligonal do Porto Público de Vila do Conde, no Município de Barcarena, no Estado do Pará, referente ao Contrato de Cessão de Uso Onerosa - Leilão nº 01.2020 – CDP.

Eldorado Brasil Celulose Logística LTDA.

Projeto na área de infraestrutura de transporte portuário, denominado “Terminal STS14”, que tem por objetivo a implantação dos equipamentos e das edificações a serem utilizados na movimentação e armazenagem de carga geral, especialmente celulose, no Porto Organizado de Santos, no Município de Santos, no Estado de São Paulo, referente ao Contrato de Arrendamento nº 04/2020-MINFRA e consiste na realização de obras civis e na aquisição e implantação de novos equipamentos e sistemas, contemplando, dentre outras intervenções, os seguintes serviços e obras.

Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.

Projeto na área de infraestrutura de transporte portuário, denominado “Obra BEL-04 – Porto de Miramar”, que tem por objetivo a implantação de obras de área e infraestrutura pública para a movimentação, armazenagem e distribuição de grãos líquidos, especialmente combustíveis, localizado dentro do Porto Organizado de Belém, no Estado do Pará, na área denominada BEL04, referente ao Contrato de Arrendamento nº 12/2019-MINFRA.

Ascensus Gestão e Participações S/A.

Projeto na área de infraestrutura de transporte portuário, denominado “PAR12”, que tem por objetivo a implantação e operação de terminal de cargas roll-on/roll-off, majoritariamente veículos, em área greenfield, dedicada à operação de movimentação e armazenagem destas cargas, no Estado do Paraná, referente ao Contrato de Arrendamento nº 042/2021 - Leilão Portuário nº 01-APPA.

Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 18/08/2021

MAIOR LEILÃO RODOVIÁRIO DA HISTÓRIA ESTÁ MARCADO PARA 29 DE OUTUBRO

Editais da Via Dutra foi publicado pela ANTT nesta quarta-feira (18), prevendo modelo híbrido de concorrência



The infographic features a green and white color scheme. At the top left, there are four colored dots (blue, yellow, red, green). The main title is 'Publicado edital para leilão da Nova Dutra/Rio-Santos' in green and black. Below it, a subtitle reads 'A concessão rodoviária será a maior da história do Brasil'. A central circular image shows a highway with a bridge over a river. To the right, a map of Brazil highlights the states of São Paulo (SP) and Rio de Janeiro (RJ) in green. The hashtag '#concretiza BRASIL' is in the top right. At the bottom right, the logo for 'CONCRETIZA BRASIL' is visible. The text 'ANTT' is also present in the bottom right corner.

Publicado edital para leilão da Nova Dutra/Rio-Santos
A concessão rodoviária será a maior da história do Brasil

Sobre a concessão:

- 625,8 km de pistas concedidas na BR-116/101/SP/RJ
- R\$ 14,8 bilhões em investimentos em 30 anos de contrato
- Redução do custo da tarifa nas praças de pedágio existentes
- Implantação do **free-flow** e do sistema de monitoramento para a detecção de acidentes

WhatsApp Image 2021-08-18 at 10.37.35.jpeg

Com investimentos previstos de quase R\$ 15 bilhões, o maior leilão rodoviário da história, envolvendo a Dutra (BR-116/RJ/SP) e a Rio-Santos (BR-101/RJ/SP), marcado para o dia 29 de outubro, teve suas regras definidas no edital publicado nesta quarta-feira (18) no Diário Oficial da União, após aprovação por parte da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). São mais de 625 quilômetros de extensão, atravessando 33 municípios dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, e gerando mais de 222 mil empregos (diretos, indiretos e efeito-renda) ao longo dos próximos 30 anos. E mais: repleto de inovações proporcionando mais facilidade e segurança ao usuário.

“A Dutra vai ser a rodovia mais moderna do Brasil. Estamos prevendo uma redução tarifária para o motorista de até 30% na viagem entre Rio de Janeiro e São Paulo; isso é extremamente relevante”, destaca o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas. “Temos uma expectativa muito grande e a certeza de que teremos uma disputa acirrada”, avaliou. O leilão ocorrerá através do modelo híbrido, com um desconto máximo para a tarifa de pedágio limitada em cerca de 15%. Em caso de empate, o vencedor será definido pelo pagamento do maior valor de outorga – dinheiro que vai para os cofres da União – ofertado durante a disputa do pleito.

OBRAS – Um dos pontos altos do projeto será a implantação da nova subida para Serra das Araras, na BR-116/RJ. O trecho de 16,2 quilômetros está localizado entre Pirai e Paracambi, ambos no Rio de Janeiro, e passará a contar com quatro faixas. Além disso, acontecerá a duplicação da Rio-Santos até Angra dos Reis. O projeto ainda abrange 590 quilômetros de faixas adicionais, 144 quilômetros de vias marginais, e mais de 400 obras estruturais, passagens de fauna e passarelas. E para os caminhoneiros, mais quatro pontos de parada e descanso, com internet, instalações sanitárias e áreas para refeição – três na Dutra e um na Rio-Santos.

INOVAÇÕES – Também será a primeira concessão federal a testar – na região de Guarulhos, em São Paulo – o sistema free-flow para pagamento eletrônico de tarifas, sem a necessidade de uma praça de pedágio, e que oferece um valor justo e variável de acordo com a demanda de veículos para contribuir para a fluidez do tráfego, entre as pistas expressas e marginais. Soma-se ainda a inclusão de tarifa diferenciada entre pista simples e pista dupla, o Desconto de Usuário Freqüente, que oferece um desconto progressivo ao motorista que utiliza o mesmo trecho diariamente, e o desconto básico de 5% para quem utiliza qualquer serviço de pagamento automático através de tag.

O projeto ainda conta com implementação de iluminação inteligente por LED, sistema de detecção automática de incidentes, wi-fi para comunicação com a concessionária, implantação da metodologia iRap para qualidade de segurança viária, e neutralização de emissões de carbono relacionadas à operação da concessão.

*Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 18/08/2021*

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

GOVERNO QUER ARRECADAR R\$ 5 BILHÕES COM MEGA LEILÃO DE 300 MIL IMÓVEIS

Primeira fase do leilão ocorre no Rio de Janeiro, com 4.137 imóveis
Da redação

O governo federal prepara um grande leilão de imóveis a partir do final deste mês. A primeira fase ocorre no Rio de Janeiro, com 4.137 propriedades imobiliárias que tem potencial de arrecadação de R\$ 165 milhões.

A União conta com mais de 750 mil imóveis ociosos em todo o País devido à falta de pagamento, multas e pendências judiciais. Há desde pequenas glebas rurais até grandes apartamentos e terrenos localizados em regiões nobres e valorizadas.

A venda dos imóveis no Rio de Janeiro será um teste às demais localidades. Na sequência, será a vez de São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e Porto Alegre.

Em São Paulo, há dois grandes terrenos nas avenidas Juscelino Kubitschek e Chedid Jafet, no Itaim Bibi, que somam 17 mil m² – o metro na região é avaliado em R\$ 11 mil.

Para facilitar a operação, a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (PSU) lançou em março deste ano o aplicativo SPUApp, no qual é possível consultar a situação do imóvel desejado. Também é possível receber mensagens sobre oportunidades de aquisição e remição de imóveis aforados, quando a União atribui a terceiros o domínio útil de um imóvel. Além disso, os usuários terão direito a 25% de desconto pelo app, de acordo com o Ministério da Economia.

Para os imóveis localizados em faixas litorâneas, não há mais a cobrança da taxa de laurêmio, como anunciado pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) no início de junho.

Em todo o Brasil, o governo espera impactar 300 mil imóveis e, até o final de 2022, arrecadar R\$ 5 bilhões.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 18/08/2021

MME PUBLICA DIRETRIZES PARA REALIZAÇÃO DO LEILÃO DE RESERVA DE CAPACIDADE DE 2021

O Ministério de Minas e Energia (MME) estabeleceu as diretrizes para a realização do Leilão para Contratação de Potência Elétrica e de Energia Associada, a partir de empreendimentos de geração, novos e existentes, que acrescentem potência elétrica ao Sistema Interligado Nacional (SIN), denominado "Leilão de Reserva de Capacidade", de 2021". As regras estão publicadas em portaria no Diário Oficial da União (DOU). De acordo com o documento, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deverá promover o leilão no dia 21 de dezembro de 2021.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 18/08/2021

SOCIAIS-DEMOCRATAS SUPERAM VERDES E SE APROXIMAM DE CONSERVADORES ALEMÃES ANTES DE ELEIÇÃO

(Por Madeline Chambers)



Olaf Scholz, candidato social-democrata a chanceler da Alemanha, faz campanha em Bochum

BERLIM (Reuters) – O Partido Social-Democrata (SPD) alemão, de centro-esquerda, superou os Verdes e está diminuindo a distância dos conservadores da chanceler Angela Merkel a menos de seis semanas de uma eleição federal, indicou uma pesquisa de opinião nesta quarta-feira.

O apoio ao bloco conservador liderado por Armin Laschet, visto por muitos como o favorito para a sucessão de Merkel após a

votação de 26 de setembro, recuou desde o fim de junho, quando oscilava entre 28% e 30%.

A pesquisa mais recente do instituto Forsa mostrou os conservadores com 23%, a mesma cifra da semana passada. O SPD, cujo candidato a chanceler, Olaf Scholz, lidera as taxas de popularidade, subiu dois pontos e chegou a 21%.

A menor distância entre os dois partidos desde março de 2017 abre várias opções de coalizão. A situação mais provável até algumas semanas atrás, uma aliança entre conservadores e Verdes, agora parece menos viável.

Liderados pela candidata a chanceler Annalena Baerbock, os Verdes caíram um ponto e aparecem com 19%.

A tomada do Afeganistão pelo Talibã tem pouco impacto nas intenções de voto, mas a Alemanha teve o segundo maior contingente militar naquele país, só atrás do norte-americano, e está tentando retirar pessoas.

Depois de comandar a maior economia da Europa durante 16 anos, Merkel deixará o cargo após a eleição. Seu bloco, composto pela União Democrata-Cristã (CDU) e pela União Social-Cristã da Baviera (CSU), parece não ter o mesmo apelo eleitoral da chanceler.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 18/08/2021

GOVERNO PUBLICA DIRETRIZES PARA LEILÃO DE RESERVA DE ENERGIA EM DEZEMBRO

(Por Gabriel Araujo)



Linhas de transmissão (Crédito: REUTERS/Susana Vera)

SÃO PAULO (Reuters) – O Ministério de Minas e Energia divulgou nesta quarta-feira diretrizes para um Leilão de Reserva de Capacidade a ser realizado em dezembro deste ano, que visa a contratação de potência elétrica e energia associada para atendimento ao sistema interligado do Brasil.

Conforme portaria publicada no Diário Oficial da União, o certame deverá ser promovido pela

Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) no próximo dia 21 de dezembro. O montante total de reserva de capacidade a ser contratado será definido pela pasta, com base em estudos da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e do Operador do Sistema Elétrico Nacional (ONS).

“O leilão tem o objetivo de garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica, com vistas ao atendimento à necessidade de potência requerida pelo Sistema Interligado Nacional (SIN), por meio da contratação de fontes de geração despacháveis”, disse o ministério.

De acordo com a portaria, haverá no certame a negociação de energia proveniente de novos empreendimentos de geração, associada à geração inflexível, com a participação de empreendimentos termelétricos com inflexibilidade operativa de geração anual de até 30%.

Além disso, também poderá ser negociada potência elétrica proveniente de empreendimentos de geração novos e existentes, sem inflexibilidade operativa, a partir de fontes termelétricas.

No leilão, acrescentou a pasta, serão negociados contratos de potência e comercialização de energia com prazo de suprimento de 15 anos. O início da oferta para os contratos associados ao certame ocorrerá em 1º de julho de 2026, para a potência, e 1º de julho de 2027, para a compra de energia no ambiente regulado.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 18/08/2021

EXCEDENTES DA CESSÃO ONEROSA PODEM REPRESENTAR 56% DA PRODUÇÃO DE PARTILHA ATÉ 2030, DIZ PPSA

(Por Marta Nogueira)

RIO DE JANEIRO (Reuters) – A produção de petróleo dos volumes excedentes da cessão onerosa deverá atingir 4 bilhões de barris até 2030, ou o equivalente a 56% do bombeamento da commodity em regime de partilha no Brasil, apontou nesta quarta-feira a estatal Pré-sal Petróleo (PPSA).

O cálculo considerou os dois contratos de volumes excedentes já assinados de Búzios e Itapu, além de outros dois que serão ofertados em dezembro em um novo leilão, chamados Sépia e Atapu, explicou a PPSA, responsável por representar a União nos contratos sob regime de partilha de produção.



Visão aérea de uma plataforma da Petrobras na Bacia de Campos, a P-52

No total, a produção estimada para o regime de partilha no período, considerando outros 15 contratos existentes, somará mais de 7 bilhões de barris.

A projeção foi apresentada pelo presidente da PPSA, Eduardo Gerk, a investidores estrangeiros durante evento promovido pela Câmara de Comércio Brasil-Texas em Houston, em paralelo

à Offshore Technology Conference (OTC, na sigla em inglês).

O levantamento também apontou que a União terá direito a uma produção superior a 900 milhões de barris de petróleo, ao longo da década, sendo 43% referentes aos quatro contratos de volumes excedentes da cessão onerosa. A comercialização da parcela da União será realizada pela PPSA.

O estudo previu ainda investimentos de 164 bilhões de dólares nos 19 contratos de partilha até 2030. Metade dos recursos deverá ser aplicada pelos consórcios de Búzios, Itapu, Sépia e Atapu, que investirão em poços (44%), equipamentos subsea (30%) e FPSOs (26%).

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 18/08/2021

MONEYTIMES

MONEYTIMES

MINISTRO PEDE VISTAS E ANÁLISE DO TCU SOBRE LEILÃO DE 5G É SUSPENSA

Por Reuters



Considerada a maior licitação de espectro da história brasileira, a operação havia recebido voto favorável do ministro relator do assunto no TCU (Imagem: REUTERS/Albert Gea/File Photo)

O ministro Aroldo Cedraz, do Tribunal de Contas da União (TCU), pediu nesta quarta-feira vistas do processo de desestatização da faixa das frequências de 5G, suspendendo a análise do leilão que o governo federal pretende realizar ainda em

2021.

Considerada a maior licitação de espectro da história brasileira, a operação havia recebido voto favorável do ministro relator do assunto no TCU, Raimundo Carreiro.

Cedraz, no entanto, apontou “falhas que representam riscos de prejuízo erário público” e uma sucessão de falhas apontadas pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações)” para pedir vistas do processo.

Fonte: MoneyTimes

Data: 18/08/2021

SILVA E LUNA DESTACA EFICIÊNCIA DA PETROBRAS NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

O presidente da Petrobras (PETR4), Joaquim Silva e Luna destacou, em entrevista coletiva na Offshore Technology Conference (OTC), em Houston, nos Estados Unidos, o papel da estatal no contexto da transição energética.

Segundo Luna, a eficiência operacional em gases de efeito estufa é uma das quatro métricas de topo da companhia, que influenciam a remuneração de todos os executivos e empregados. “Como resultado do esforço que vem sendo feito pela companhia, as emissões para cada barril produzido pela Petrobras caíram praticamente à metade nos últimos 11 anos”, afirmou.

“Todas as nossas ações estão voltadas para produção com baixo carbono, tanto na fase de exploração e produção quanto na fase de refino. O nosso planejamento estratégico para 2022-2026 vai novamente contemplar todas as ações com preocupação não só com descarbonização, mas também com o meio ambiente”, enfatizou o presidente da Petrobras.

Silva e Luna destacou que a produção no pré-sal chegou a 2 milhões de barris de óleo equivalente por dia no segundo trimestre de 2021, atingindo a marca de 70% do total extraído pela empresa. “Desta produção, mais de 80% é de petróleo de baixo custo de produção e baixo teor de emissões, o que confirma o potencial das gigantescas reservas no litoral do Brasil no novo contexto da indústria do petróleo”. Os bons resultados no pré-sal comprovam o acerto da estratégia de investir firmemente no desenvolvimento do setor, acrescentou.

Campo de Búzios

No encontro, foi realizada uma sessão especial que detalhou as tecnologias desenvolvidas para viabilizar o Campo de Búzios, que levaram a Petrobras a receber pela quarta vez o Distinguished Achievement Award for Companies, principal prêmio da indústria mundial de petróleo e gás.

De acordo com o gerente executivo de Búzios, Marcio Kahn, esse campo tem o maior volume de petróleo no portfólio da Petrobras e também é o maior campo de petróleo em águas profundas do mundo. “Esse campo ocupa uma área que é maior do que a cidade de Nova York.”

Kahn destacou alguns dos resultados alcançados desde abril de 2018, quando foi iniciada a produção no campo. “Em 2020, após menos de dois anos de operação, o Campo de Búzios ultrapassou a marca de produção de 600 mil barris de petróleo por dia, devido aos expressivos resultados operacionais e a um estudo técnico que permitiu que nossas unidades operassem acima da capacidade original.”

Outros recordes citados por Kahn foram a produção média atual por poço de 36 mil barris por dia (com picos de até 70 mil) e produção acumulada de 100 milhões de barris de óleo equivalente alcançada em apenas 18 meses.

Segundo Kahn, essas marcas são mais relevantes diante dos complexos desafios do campo, com temperaturas e pressões elevadas nos reservatórios, rochas heterogêneas que favoreciam a perda de fluidos durante a perfuração e fundo do mar muito acidentado, que dificultava a ancoragem das unidades de produção. “Para superar esses desafios, enquanto enfrentávamos forte restrição de investimentos, tivemos de desenvolver tecnologias inovadoras que nos permitissem, simultaneamente, melhorar a produtividade, segurança e reduzir custos”, explicou.

Kahn elogiou o trabalho do corpo técnico da Petrobras e de seus parceiros. “A experiência técnica do nosso time, desenvolvida ao longo de décadas, foi indispensável para alcançarmos feitos tão incríveis. A cooperação e colaboração com fornecedores, universidades e pesquisadores também foram extremamente valiosas e abriram caminho para inovação e conquistas”, afirmou.

Fonte: MoneyTimes

Data: 18/08/2021

AGRONEGÓCIO DO BRASIL REGISTROU SUPERÁVIT DE US\$ 10,1 BILHÕES EM JULHO

Por Lucas Eurico Simões



O Brasil tem uma participação significativa na comercialização de commodities agrícolas e uma queda no volume de exportações tem impacto nos preços futuros, avalia especialista (Imagem: Christiano Antonucci/Secom-MT)

A balança comercial do agronegócio brasileiro encerrou julho com saldo positivo de US\$ 10,1 bilhões, sendo registradas exportações de US\$ 11,29 bilhões e importações de US\$ 1,23 bilhões, segundo dados divulgados pelo Instituto

de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) neste mês.

Na comparação com julho de 2020, houve alta de 38,6% nos preços médios das exportações, já no acumulado do ano, houve alta de 20,8%. De acordo com o Grupo de Conjuntura do Ipea, o preço médio dos produtos embarcados no Brasil segue com tendência de alta.

No mês passado, apesar da acomodação nas exportações, alguns produtos do agronegócio brasileiro alcançaram volumes recorde de exportação ao longo do primeiro semestre de 2021: café, açúcar, algodão e carne suína.

No acumulado do ano, de janeiro a julho de 2021, os produtos com maior variação positiva nos preços médios foram a soja (28,6%), a carne bovina (12,2%), o açúcar (14,7%), a madeira (15%) e o milho (22,2%).

“A produção de café e açúcar pode ser prejudicada por problemas climáticos, pois também foi em decorrência da falta de chuva que houve o atraso do plantio da soja, e a geada comprometeu parte da segunda safra de milho”, avaliou o diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac/Ipea), José Ronaldo Souza Júnior.

O Brasil tem uma participação significativa na comercialização dessas commodities e uma queda no volume de exportações tem impacto nos preços futuros desses produtos, complementa o diretor.

Problemas sanitários em alguns países contribuíram para aumentar as exportações brasileiras de carnes suínas e de frango (neste caso, houve diversificação dos países importadores).

“A China continua liderando a lista dos principais países importadores de carne suína brasileira. Mas, o destaque dessa vez foi para o aumento das exportações para a Argentina e o Uruguai, que aumentaram suas exportações de carne bovina, e compensaram a demanda doméstica por proteína animal com carne suína do Brasil”, observou Ana Cecília Kreter, pesquisadora associada do Ipea e uma das autoras do estudo.

A análise dos pesquisadores tomou como base dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia (Secex/ME), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

O complexo soja – que inclui soja em grão, farelo e óleo de soja – segue liderando as exportações.

Em julho, a queda de 8,8% no volume exportado foi compensado pelo aumento de 21,6% no valor, na comparação com julho de 2020. Os preços médios do grão tiveram alta de 28,6%.



O Brasil é o segundo maior produtor mundial de carne bovina e o maior exportador mundial. Por conta disso, a queda na oferta doméstica vem se refletindo nos preços internacionais desde o ano passado. O preço médio da proteína teve aumento de 31,9%.

O exportador brasileiro tem enfrentado dificuldade para obter contêineres para escoar o produto, além da baixa oferta de boi acabado (nome dado ao boi pronto para o abate, quando atinge um peso ideal para a comercialização).

O preço médio do milho teve alta de 27,6% em julho, apesar da queda de 36,4% em valor e 50,2% em quantidade, frente ao mesmo mês de 2020.

A recuperação nos preços do grão vem acontecendo desde janeiro deste ano, com crescimento de 22,2% no acumulado do ano, na comparação com o mesmo período do ano anterior.

A queda na produção doméstica devido aos problemas climáticos tem limitado a capacidade exportadora do Brasil.

O açúcar foi o segundo produto (depois do milho) que apresentou maior queda na quantidade exportada (25%) em julho deste ano frente a 2020.

Apesar da queda de 10,9% no valor, fechou o mês com alta de 18,9% nos preços médios. No acumulado do ano, houve alta de 21,6% no valor, 6% na quantidade e 14,7% no preço médio.

As estimativas das safras brasileiras e europeia estão sendo impactadas pela redução da área plantada e por conta de incertezas em relação ao clima (stress hídrico).

As mudanças climáticas também são responsáveis pela queda nas estimativas para a produção do café. A Conab e o IBGE revisaram para baixo suas estimativas de safra 2021/2022 no país.

Devido à bienalidade negativa, as estimativas já eram mais baixas que as da safra passada. Apesar da queda de 15,9% na quantidade e 1,2% no valor do grão em relação à julho do ano passado, houve aumento de 17,5% no preço médio.

No acumulado do ano, houve alta de 12,8% no volume embarcado e 15,2% no preço, na comparação com mesmo período do ano passado.

O frango foi o segundo produto da pauta de exportação com maior variação em valor (47,3%) em julho, na comparação com o mesmo mês do ano passado.

Também houve crescimento em quantidade (15,4%) e no preço médio (27,6%). No acumulado do ano, a alta se manteve no valor (15,1%), na quantidade (7,4%) e no preço médio (7,2%).

Os novos destinos contribuíram para o bom desempenho: México, Filipinas e África do Sul aumentaram suas importações em virtude dos problemas sanitários domésticos ligados a doenças no rebanho.

O aquecimento da demanda internacional e a valorização da carne suína, desde o início da peste suína africana (PSA) em 2012, fizeram com que essa proteína tivesse aumento de 19% no preço médio em julho e 8,8% no acumulado do ano frente ao mesmo período de 2020.

Em volume, houve alta de 1,7% em julho e 14,6% no acumulado do ano frente ao ano anterior.

Com informações do Ipea

Fonte: MoneyTimes

Data: 18/08/2021

MINISTRO DA INFRAESTRUTURA CONFIRMA QUE TRECHO DE TRANSNORDESTINA ATÉ SUAPE DEVE SAIR DA CONCESSÃO



Tarcísio de Freitas, ministro da Infraestrutura (Foto: Divulgação/Cleiby Trevisan)

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, confirmou nesta terça-feira, 17, que o contrato de concessão da ferrovia Transnordestina deve ser ajustado para excluir o trecho que vai de Custódia (PE) a Suape (PE), que poderá ser objeto de outra parceria com a iniciativa privada. Já o trecho da ferrovia até o Porto de Pecém, no Ceará, será mantido.

“O que a gente tem estudado é como colocar aquele contrato de pé. Da maneira que está hoje é inviável. Por isso a gente tem trabalhado para fazer termo aditivo, deixar com a concessionária atual uma perna, a do Ceará, e a gente toma de volta a perna de Pernambuco, que passa a ser uma responsabilidade nossa”, disse Tarcísio durante audiência pública na Comissão de Infraestrutura do Senado.

O ministro disse acreditar que o governo tem instrumentos para dar uma solução ao trecho até Suape. Entre as opções avaliadas estão o projeto de ferrovia via regime de autorização, federal ou estadual, ou uma nova concessão, por exemplo.

A Transnordestina é uma concessão federal controlada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em construção desde 2006. O empreendimento provoca um grande mal estar no governo federal há várias gestões, em razão do atraso das obras. Atualmente, o governo avalia que para tornar o projeto viável não é possível que o traçado atenda ambas as saídas, do Porto de Pecém e do complexo portuário de Suape.

*Fonte: MoneyTimes
Data: 18/08/2021*



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

17ª RODADA DA ANP TEM SEIS PRIMEIRAS INSCRITAS

Por epbr - 18 de agosto de 2021 - Em Comece seu Dia, Newsletter, Petróleo e gás, Política energética, Rodadas

Contato da redação
epbr@epbr.com.br

em jogo

A Comissão Especial de Licitações da ANP aprovou a inscrição de Chevron, Ecopetrol, Murphy Exploration, Petrobras, Shell e TotalEnergies na 17ª rodada de licitações, programada para 7 de outubro.

— A 17ª rodada prevê a oferta de 92 blocos exploratórios, todos offshore, divididos por 11 setores de quatro bacias sedimentares brasileiras – Campos, Pelotas, Potiguar e Santos –, totalizando 54 mil km² de área.

— Os três blocos no setor SS-AUP5, em Santos, estão cortados pelo limite das 200 milhas náuticas, na extensão da Plataforma Continental brasileira.

— O edital e o modelo do contrato de concessão foram publicados pela ANP no final do mês passado. O cronograma prevê o dia 22 de setembro como prazo final para apresentação de garantias de ofertas.

— A rodada marcará o retorno da oferta de áreas offshore após o início da pandemia, que levou o governo a postergar o calendário previsto para 2020...

...Bem como o segundo leilão da cessão onerosa, que vai ofertar novamente os volumes excedentes dos campos de Atapu e Sêpia, em 17 de dezembro

Veja os blocos e campos de petróleo e gás que serão licitados no Brasil em 2021

Petrobras produz menos. A produção de petróleo da Petrobras em julho foi de 2,23 milhões de barris por dia, queda de 2,9% na comparação com igual mês em 2020, segundo dados da ANP. Já a produção de gás da estatal no mês foi de 100,3 milhões de m³/dia, aumento de 0,4% na comparação anual.

— Somadas, as produções de petróleo e gás natural da petroleira em julho foram de 2,86 milhões de barris equivalentes por dia (boe/dia), queda de 2,2% em relação a julho de 2020.

— Na comparação com junho, a produção de petróleo da companhia em julho cresceu 6,7%, enquanto a extração de gás natural teve uma alta de 3,87%. Na comparação mensal, a produção total de petróleo e gás da petroleira aumentou 5,9%. Valor

IR. O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) se posicionou contrário às alterações no imposto de renda a partir do PL 2337/21, do governo federal. O texto, que faz parte do pacote da reforma tributária, trata da cobrança do tributo sobre lucros e dividendos distribuídos pelas empresas a acionistas, diminuição do IR das empresas e cancelamento de alguns benefícios fiscais.

— O texto, que seria votado nessa terça (17/8) na Câmara dos Deputados, foi retirado da pauta do Plenário com voto favorável de 390 deputados e 99 contrários.

— O IBP entende que a possível ampliação da carga tributária geraria insegurança jurídica e econômico-financeira, reduzindo a atração de investimentos, especialmente considerando um cenário onde o país necessita de players interessados nos próximos leilões (17ª Rodada de Concessão e Excedente da Cessão Onerosa) e em licitações futuras.

— Também questiona o fato de o projeto não prever período de transição para a sua implementação e tampouco estabelece mecanismo de blindagem capaz de preservar a distribuição dos lucros gerados sob a vigência da atual legislação.

BHP reduz presença em óleo e gás. A BHP anunciou nessa terça (17/8) uma grande reestruturação que inclui a redução da sua presença no setor de óleo e gás, por meio da fusão de suas operações na área com a australiana Woodside Petroleum, em troca de ações que serão distribuídas aos investidores. A BHP fica com 48% da nova empresa.

— Outra decisão é unificar sua estrutura acionária dual e transferir seu registro principal em bolsa para a Austrália. Assim, o índice FTSE 100, que reúne as ações das principais empresas britânicas, vai perder a maior de suas integrantes. Valor

— Recentemente, a BHP, em parceria com a Vale e a Rio Tinto, anunciaram uma chamada global para atrair empreendedores e startups e desenvolver soluções de eletrificação para grandes caminhões usados em minas.

Novo recuo do petróleo. Os preços do petróleo caíram nessa terça (17/8), com o aumento de casos de coronavírus no Japão, um cenário de demanda fraca na Ásia e um entendimento da OPEP e de seus aliados de que o mercado não precisa de mais petróleo.

— O Brent fechou a sessão em queda de 0,48 dólar, ou 0,7%, a 69,03 dólares por barril, enquanto o WTI recuou 0,70 dólar, ou 1%, a 66,59 dólares o barril. Ambos os contratos recuaram por três sessões seguidas. Reuters

Cosan de olho na ES Gás. Após acertar com a BR Distribuidora a venda conjunta de suas participações na Companhia de Gás do Espírito Santo (ES Gás), o governo capixaba tem recebido sondagens de potenciais compradores da concessionária. Ao menos três empresas, entre elas o Grupo Cosan e uma companhia norte-americana, teriam demonstrado interesse no ativo.

— O governo capixaba tem 51% das ações ordinárias e 2% das preferenciais, enquanto as participações restantes pertencem à BR Distribuidora.

— Os próximos passos para levar a ES Gás a leilão devem ser concluídos nas próximas semanas, quando seus acionistas assinarão contrato com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que passará a ser o responsável pela modelagem e precificação da empresa, que deve ficar entre R\$ 1 bilhão e R\$ 1,2 bilhão. Estadão

— O Grupo Cosan controla a Compass Gás e Energia, que comprou os 51% de participação da Petrobras na Gaspetro por R\$ 2,03 bilhões. Com isso, a companhia passaria a ter participação em 19 distribuidoras do país.

— A Cosan também é controladora da Comgás, de São Paulo, a maior concessionária de gás canalizado do país.

QAV. Uma das principais apostas do governo no curto prazo para reduzir o preço do querosene de aviação (QAV) é a regulamentação do JET-A, um tipo diferente de combustível do que é utilizado hoje pelo segmento de aviação brasileira.

A repórter Larissa Fafá conversou com o secretário de Aviação Civil do Ministério da Infraestrutura, Ronei Saggioro, na primeira reportagem de uma série especial sobre o mercado de querosene de aviação no Brasil.

— Serão quatro matérias destrinchando os gargalos do setor e as perspectivas de mudanças regulatórias que podem acontecer nos próximos anos. Leia a primeira.

— A regulamentação do uso do combustível está na pauta da agenda regulatória da ANP, com a revisão da resolução 778 da agência, e tem apoio do Ministério da Infraestrutura e do Ministério de Minas e Energia (MME) como forma de estimular a competitividade no setor.

— O JET-A é apenas alguns centavos de dólar mais barato, um preço cerca de 1% mais baixo do que o JET-A1 no mercado internacional, equivalente ao querosene de aviação (QAV-1) entregue pelas refinarias da Petrobras.

A PetroRio apresenta nesta quarta, na OTC, o projeto de educação Ambiental (PEA) Rede Observação, no qual mantém observatórios socioambientais que promovem atividades educativas utilizando ferramentas de comunicação popular, como a produção audiovisual e recursos do Teatro do Oprimido, para apoiar o fortalecimento das comunidades e a qualificação delas na gestão ambiental pública.

— Projeto tem ações em nove cidades do Rio de Janeiro e duas do Espírito Santo.

— Atende grupos em estado de vulnerabilidade social como pescadores artesanais, marisqueiros, catadores de guaiamum, quilombolas, agricultores familiares e populações favelizadas.

Energia eólica. AES Brasil e BRF, uma das maiores empresas de alimentos do mundo, fecharam uma joint venture para construir um parque eólico no Complexo Cajuína, no Rio Grande do Norte.

— O projeto terá 160 MW de capacidade instalada, sendo que 80 MW médios serão comercializados por meio de um contrato com prazo de 15 anos a ser firmado entre a joint venture e a BRF, com início de vigência em 2024.

— O investimento estimado é de aproximadamente R\$ 825 milhões.

— A AES Brasil tem atualmente portfólio total renovável de 4,4 GW, sendo 2.658,4 MW hídricos, 1.435,9 MW eólicos e 294,1 MW em energia solar.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 18/08/2021

EÓLICA E SOLAR NA BASE E 'BATERIAS' HIDROELÉTRICAS: AS PROPOSTAS PARA EVITAR CRISES ENERGÉTICAS NO BRASIL

Por Cinthia Leone e Nayara Machado - 17 de agosto de 2021 - Atualizado em 18 de agosto de 2021 Em Diálogos da Transição, Eólica, Política energética, Setor elétrico, Solar

Editada por Nayara Machado
nayara.machado@epbr.com.br

Com Cinthia Leone

A seca que afeta a maior parte do país reduziu a capacidade hidrelétrica, obrigando o acionamento emergencial de termelétricas, que encarecem a conta de luz e tornam a produção brasileira menos competitiva.

Um estudo (.pdf) do Instituto Clima e Sociedade (iCS) defende que o país deve aproveitar o bom momento global para as fontes renováveis para reduzir o risco climático da energia hidrelétrica e aposentar usinas térmicas que pesam na conta de luz.

Para isso seria necessário estabelecer incentivos econômicos que permitam às hidrelétricas manter o nível dos reservatórios, eliminar os subsídios que hoje favorecem as termelétricas e deixar o mercado livre para que solar e eólica assumam o protagonismo no sistema.

“Isso só será possível se houver uma mudança, e é importante que ela seja rápida”, diz Amanda Ohara, consultora do Portfólio de Energia no iCS e uma das autoras do estudo.

Em entrevista à epbr, a engenheira química explica a proposta e faz um alerta sobre pressões setoriais que colocam em risco o planejamento energético do país, em um dos momentos mais críticos da história.

Segundo Ohara, o sistema atual é carregado de subsídios cruzados diversos, e o consumidor não sabe como é feita a composição da sua conta.

Ela cita como exemplos o subsídio para as fontes fósseis, por meio da Conta Consumo de Combustíveis (CCC), que faz o rateio entre todos os consumidores do país do custo de aquisição do combustível usado nas termelétricas, como carvão, diesel e gás.

E a isenção de parte das tarifas de uso, transmissão e distribuição para fontes renováveis, extinta com a aprovação da MP 998 — o governo estuda agora como considerar os benefícios ambientais no sistema.

“Essas políticas foram criadas quando o sistema elétrico era completamente diferente, e o avanço tecnológico permite esta revisão. Mas hoje o risco é tirar o subsídio apenas das fontes renováveis e deixar o das energias fósseis, o que impede a competição isonômica”, analisa.

Na avaliação da especialista, a concorrência só seria realmente livre com a internalização dos benefícios ambientais das fontes renováveis e os impactos climáticos das fontes fósseis.

A seguir, os principais pontos da entrevista com Amanda Ohara.

Quando falta água, o país aciona as usinas térmicas. Nossa segurança energética depende das termelétricas?

Em um contexto como o atual, em que precisamos das térmicas para suprir a falta de energia gerada pela água, cria-se essa ideia geral de que as térmicas são necessárias para garantir a segurança energética.

Mas, na verdade, não precisa ser assim. Já temos alternativas muito mais interessantes para o sistema elétrico.

Quais são essas alternativas?

A melhor ciência que temos recomenda impulsionar a expansão de renováveis intermitentes para mudar a forma de operar o sistema.

Mas um sistema que opera na base com renováveis intermitentes precisa de uma fonte reserva e complementar.

Hoje as hidrelétricas operam na base do sistema, mas elas podem funcionar como grandes baterias.

Elas são remuneradas apenas pela geração de energia, mas não pelos outros serviços que prestam, como o armazenamento, importante também para os usos múltiplos da água, por exemplo, irrigação e abastecimento.

Se as hidrelétricas fossem remuneradas pelo volume de água contido nas represas, elas passariam a ter o papel emergencial hoje desempenhado pelas térmicas.

As hidrelétricas reversíveis, que têm reservatórios em níveis diferentes, também poderiam funcionar como uma forma de bateria adicional e muito barata.

Com mais energia do vento e do sol e os reservatórios das hidrelétricas como fontes complementares, não precisaríamos das térmicas, poderíamos poupar mais as represas antes do período seco e baixar muito a conta de luz.

Aumentar a participação de renováveis no mix de energia do país representa algum risco?
O Brasil só tem a ganhar ao integrar mais renováveis a sua matriz energética.

O país pode, por exemplo, recuperar sua siderurgia, que está há anos com dificuldade de competir no mercado internacional.

Com a expansão das renováveis, é possível reestruturar esse setor para o fornecimento de aço verde.

Pelo nosso potencial em renováveis, o BloombergNEF (BNEF) indica o Brasil como o país onde se pode produzir o hidrogênio verde mais barato do mundo até 2050.

Em epbr: Portos com eólicas offshore são modelos preferidos para hidrogênio verde no Brasil

No estudo, vocês afirmam que o país criou limitações para a adição de empreendimentos eólicos e fotovoltaicos centralizados. Ao mesmo tempo, as mudanças recentes no setor impõem a expansão do sistema elétrico a partir de térmicas a combustíveis fósseis.

O planejamento energético acabou?

Essas políticas arbitrárias impostas pelo Congresso Nacional criam reservas de mercado para fontes que não são competitivas. Isso gera o risco de o país abrir mão do planejamento energético, a pior coisa que poderia acontecer no setor.

Nós criticamos a aplicação dessas distorções em favor de qualquer fonte, não apenas as fósseis.

Estudo recente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) sobre o custo de cada uma das emendas da MP da Eletrobras mostra que a que tem o maior impacto financeiro sobre o sistema é o benefício para as pequenas centrais hidrelétricas (.pdf).

Quando defendemos preservar o papel das instituições do setor elétrico, nossa preocupação especificamente é com o planejamento energético.

Outra preocupação é a reforma do setor elétrico, que está em discussão e é uma tentativa de adequar a legislação do setor às transformações dos últimos 20 anos [o último marco regulatório é de 2004].

Os sinais econômicos e políticos atuais não são adequados para que as melhores soluções tecnológicas sejam implementadas.

Como você avalia as ações do governo para lidar com a organização do setor e enfrentar a crise energética?

É muito emblemático o que aconteceu na MP da Eletrobras, e este exemplo é apenas um dos muitos problemas.

A MP do enfrentamento da crise energética mostra a mesma tendência e já chega com mais de 240 emendas, uma delas propondo que o subsídio ao carvão, que seria finalmente encerrado em 2027, possa ser estendido.

O que isso tem a ver com o enfrentamento da crise?

Há um padrão no governo atual para lidar com crises de grandes proporções: nega a importância da crise, não age com a urgência e competência necessárias e, diante do agravamento do problema, oferece uma solução que não é indicada pela ciência.

No caso da crise energética, primeiro o ministro vem a público dizer que não há risco de racionamento.

Mas o problema é sim bastante grave, e o consumidor deve ser informado de que já está pagando caro para evitar o racionamento.

Depois, o governo cria um comitê que é lento em implementar soluções e, quando as apresenta, são questionáveis.

Um exemplo: o comitê propôs usar esta crise para criar contratos de longo prazo com termelétricas — é o oposto do que a melhor ciência do tema indica, fazendo das térmicas uma espécie de cloroquina do setor energético.

O fiador disso tudo será o consumidor brasileiro.

Curtas

A Câmara dos Deputados deve votar nesta quarta (18) o marco legal da geração distribuída, PL 5829/2019, disse o relator, deputado Lafayette de Andrada (Republicanos/MG) nas redes sociais...

...Um texto de consenso entre associações do setor foi apresentado na semana passada pelo Ministério de Minas e Energia. epbr

“O consumidor não foi convidado para o jantar, mas vai pagar a conta”, escreve Clauber Leite, coordenador do Idec. Em artigo, o executivo critica o texto que será votado no marco da GD e diz que a conta vai recair sobre o mercado cativo, com a despesa da transição custeada pela CDE. epbr

Do pasto ao prato: aplicativo agrega dados socioambientais para promover o consumo consciente de carne no Brasil. A plataforma traz informações sobre a origem do produto e ocorrências de desmatamento e trabalho análogo à escravidão, por exemplo.

Uma nova modalidade de seguro rural quer dar aos produtores a possibilidade de mitigar riscos climáticos que hoje não são cobertos ou encarecem a contratação de apólices de seguro rural...

...Desenhado pelo INMET, o Seguro Paramétrico é inédito no Brasil e deve beneficiar culturas como cacau, cana-de-açúcar, milho, café, laranja e eucalipto. Valor

A Frente Parlamentar de Energia Renovável promove nesta quarta (18) o seminário A importância do biogás e do biometano para uma matriz energética renovável. Evento online e gratuito conta com apoio da ABiogás, UNICA (cana-de-açúcar) e COGEN (cogeração de energia).

A Ipiranga está selecionando pesquisadores para discutir o futuro da mobilidade urbana no Brasil. Com inscrições abertas até 29/8, programa oferece bolsa de R\$ 10 mil. Entre os temas propostos: mobilidade elétrica, compartilhamento de veículos, mobilidade como serviço e soluções logísticas urbanas.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 18/08/2021*

GANHOS COM ENTRADA DE NOVO COMBUSTÍVEL DE AVIAÇÃO ESBARRAM EM GARGALOS DO MERCADO BRASILEIRO

“Cerca de 85% do combustível disponível mundial para importação é JET-A. Vai muito além dos dois, três centavos de dólar por galão”, defende Ronei Saggiore

*Por Larissa Fafá - 17 de agosto de 2021 - Atualizado em 18 de agosto de 2021 - Em Combustíveis
Ganhos com entrada de novo combustível de aviação esbarram em gargalos do mercado brasileiro*

BRASÍLIA – Uma das principais apostas do governo no curto prazo para reduzir o preço do querosene de aviação (QAV) é a regulamentação do JET-A, um tipo diferente de combustível do que é utilizado hoje pelo segmento de aviação brasileira.



A regulamentação do uso do combustível no país está na pauta da agenda regulatória da ANP, com a revisão da resolução 778 da agência, e tem apoio do Ministério da Infraestrutura e do Ministério de Minas e Energia (MME) como forma de estimular a competitividade no setor.

Secretário Nacional de Aviação Civil (SAC), Ronei Saggiore Glanzmann: governo busca alternativas para elevar competição no mercado de jet fuel (Tânia Régo, Agência Brasil)

O JET-A é apenas alguns centavos de dólar mais barato, um preço cerca de 1% mais baixo do que o JET-A1 no mercado internacional, equivalente ao querosene de aviação (QAV-1) entregue pelas refinarias da Petrobras.

A aposta do governo é que a abertura do mercado para importação, pelos benefícios na ampliação do leque de fornecedores e da marcação atual dos preços do combustível, possa trazer ganhos para o setor.

“Fizemos um mapeamento do mercado inteiro. Somos um país tropical, quente, e nunca tivemos problema de congelamento de combustível na história. Hoje a rota de importação é pouca em abundância e geralmente em países frios. Se eu quiser trazer uma carga, por exemplo, do Golfo do México, não é fácil arrumar, teria que encomendar”, explica o secretário de Aviação Civil do Ministério da Infraestrutura, Ronei Saggiaro.

Mercado apoia abertura

A única rota em que seria imprescindível utilizar o QAV-1 são os voos da FAB para a expedição na Antártida, já que a diferença entre os combustíveis é o ponto de congelamento.

“Cerca de 85% do combustível disponível mundial para importação é JET-A. Por isso a importância dessa discussão do JET-A, vai muito além dos dois, três centavos de dólar por galão”, explicou.

A proposta é bem aceita entre grandes distribuidoras concorrentes da BR Distribuidora, o antigo braço da Petrobras na distribuição, como forma de tentar driblar o mercado ainda monopolista da estatal no refino do QAV.

O que querem as empresas?

- O setor de aviação, BR Distribuidora, Raizen e Petrobras esperam que a regulamentação da ANP não faça distinção entre o JET-A e o JET-A1, dando flexibilidade para a especificação acompanhar os padrões internacionais e para manter o suprimento aberto. A preocupação é o custo: a coexistência dos combustíveis poderia demandar, por exemplo, infraestrutura exclusiva para cada variação.

Saggiaro admite, contudo, que o ganho com a possível redução no preço para as companhias aéreas com o JET-A ainda deve esbarrar em problemas maiores: a cadeia de importação, refino e distribuição do QAV no Brasil.

“É um problema multifacetado. Temos que atacar várias frentes, desde a tributação até a viabilização de rotas de importação e distribuição. É tudo uma agenda e combustível é algo que nunca vai acontecer num estalar de dedos, é devagar”, disse.

Preços do querosene de aviação no Brasil subiram rapidamente desde pior fase da pandemia, com mercado externo e dólar, em R\$ por litro



Elaborado com base em dados da ANP, em 17 de agosto de 2021 epbr.com.br

O secretário avalia que o maior problema na estrutura de mercado é o da distribuição do combustível com impactos na ponta, afetando diretamente o custo das empresas aéreas.

São barreiras, por exemplo, a política da Petrobras em não garantir acesso às refinarias por caminhões-tanques, mas apenas a partir de dutos, que dificultam a entrada de novos players e uma maior competitividade do setor, de acordo com Saggiaro.

A medida é justificada pela Petrobras

pela necessidade de garantir a qualidade do produto que chega aos aeroportos.

“As empresas low-cost que a gente tanto tenta atrair para o Brasil foram pra onde na última década? Vieram para América Latina e foram pro México, Colômbia, Chile, Equador e Argentina. A principal alegação? Combustível caro”.

Estrutura do mercado de QAV

- Tanto a produção, como a demanda, está em boa parte, no Sudeste, nos aeroportos do Galeão (RJ) e Guarulhos (SP), interligados por dutos às refinarias da Petrobras;
- Demanda do Norte e Nordeste é atendida por cabotagem e importações;
- Acesso às refinarias, às bases nos aeroportos e à infraestrutura de importação são os principais gargalos do mercado;

O preço do combustível foi responsável por 32% dos custos das empresas do setor em 2018 e, com a recuperação do valor do barril, custa a mesma coisa que no período pré-pandemia, de acordo com o indexador da Platts.

Segundo dados da ANP anteriores à pandemia, 14% do QAV em 2019 foi importado. Mas, no passado, mexer na formação de preços da companhia significava desencadear uma crise com o mercado financeiro.

“Os mercados grandes, como China e Europa, geralmente são grandes porque têm essas coisas resolvidas internamente. E o Brasil é resiliente, certo? Porque mesmo tendo esse combustível caro a gente processa 120 milhões de passageiros por ano, em um ano normal fora da pandemia”, complementa o secretário.

Oneração de aéreas surge em reforma do IR

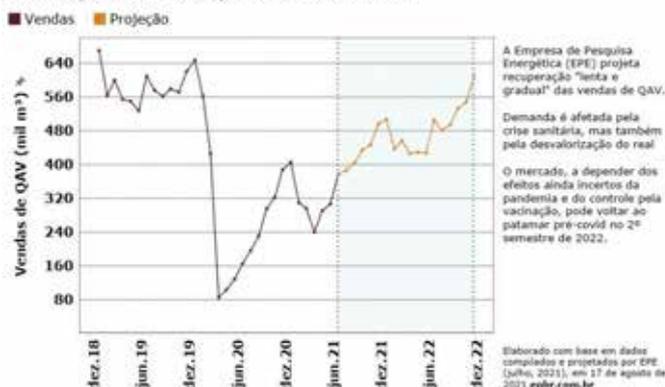
Outra frente que pode ser mais demorada do que o esperado para impactar os preços é a questão tributária.

Mesmo que tenha efeito mais rápido do que os reflexos de longo prazo nas mudanças regulatórias do setor, a pandemia e a discussão pela reforma do sistema tributário no Brasil contribui para deixar mais longe uma solução que consiga puxar para baixo o componente do preço com a reforma dos impostos.

Os estados vêm competindo com isenções e reduções no ICMS — movimento oposto ao do diesel e da gasolina — para atrair maior número de voos.

As medidas se tornaram mais comuns durante a pandemia e pelo menos nove estados adotaram incentivos fiscais como forma de compensar as perdas com a queda na demanda das aéreas.

Mercado de combustível de aviação foi o mais afetado pelos efeitos da pandemia de covid-19



No âmbito federal, o Ministério da Infraestrutura vem trabalhando desde 2020 junto à Economia para tentar isentar o PIS e Cofins das operações.

Atualmente, os impostos já têm 75% de subsídio, mas as pastas de Infraestrutura e Turismo apoiam a isenção total que custaria cerca de R\$ 250 milhões ao ano e teria impacto em reduzir sete centavos por litro do combustível.

“Nós formalizamos a nossa proposta à Economia, que avalia como compensar o impacto orçamentário”, disse o secretário.

Dentro da reforma tributária, o governo espera que seja possível discutir, por exemplo, a unificação de tributos estaduais para combustíveis, incluindo também o QAV, como consta no projeto original do ministro Paulo Guedes para criação da CBS.

Com o fatiamento da reforma, contudo, o risco para empresas aéreas é de aumento da carga tributária.

Segundo a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abea) e um grupo de dez entidades do setor, o fim da isenção de PIS/Cofins e do imposto de importação para peças e partes de aeronaves, que entrou em uma das versões do PL 2337/21, pode onerar o setor em R\$ 5 bilhões por ano.

As Comissões de Turismo (CTur) e de Viação e Transporte (CVT) apoiaram publicamente o manifesto contrário ao PL – sem consenso, o projeto movimentou a Câmara dos Deputados nesta semana.

O setor de petróleo e gás, representado pelo IBP, também se manifestou contra a proposta de reforma do IR, nesta terça (17).

Ao atender momentaneamente algumas demandas, o governo deu preferência para isenções em outros combustíveis, como diesel e GLP, pagando muito mais caro.

Para desonerar dois meses dos impostos federais no diesel e de forma permanente no GLP, o governo teve que compensar R\$3,76 bilhões apenas em 2021, solução que não conseguiu frear a escalada dos preços este ano.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 18/08/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

SECRETÁRIOS DE GUEDES ALERTAM PARLAMENTARES PARA COMPLEXIDADE DO ORÇAMENTO 2022

Ariosto Culau considera peça como “a mais difícil” de todas e Bruno Funchal indica riscos como a inflação, reforma tributária e renda mínima

Por Fernanda Trisotto

BRASÍLIA – Próximo do prazo de envio do projeto de lei orçamentária (PLOA) para 2022, os secretários de Fazenda, Bruno Funchal, e de Orçamento, Ariosto Culau, do Ministério da Economia, alertaram os parlamentares sobre a complexidade da peça para o próximo ano. Culau afirmou que este deve ser o orçamento “mais difícil” de todos, enquanto Funchal listou fatores que representam risco para a elaboração do documento, como o avanço da inflação e a determinação de pagamento de uma renda mínima.

Culau falou aos parlamentares que o cenário não é difícil apenas para o Executivo, e será compartilhado com deputados e senadores na elaboração do Orçamento. Para ele, vários ministros trarão demandas que fazem parte da rotina orçamentária, mas que estarão afetadas pelo comprometimento do espaço fiscal com o pagamento de precatórios.



O secretário de Fazenda do Ministério da Economia, Bruno Funchal Foto: Edu Andrade / Ministério da Economia

— Até um determinado momento, o espaço fiscal que seria suficiente para atender as diversas demandas. Mas nós tivemos o aumento das despesas com precatórios, que fizeram com que a nossa capacidade de atendimento das mais diversas prioridades fosse comprometida. Tem sido momentos muito difíceis pro fechamento desse orçamento. Em vinte e cinco anos de

orçamento, diria que esse talvez sejam o mais difícil de todos – afirmou durante sessão na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O governo tem até dia 31 de agosto para enviar o projeto, mas enfrenta um dilema com a elevação dos gastos com precatórios (dívidas judiciais de que o governo não pode recorrer), que vão subir para quase R\$ 90 bilhões. A solução para esse impasse é a aprovação de uma proposta de emenda à Constituição que permitirá o parcelamento de parte desses débitos.

Funchal listou aos parlamentares alguns pontos de risco para a elaboração do Orçamento. O principal é relacionado à inflação. É por causa da trajetória da inflação que o governo previa uma folga de R\$ 30 bilhões para o orçamento do próximo ano. O teto de gastos é corrigido pela inflação em 12 meses fechada em junho, cuja taxa acumulada ficou acima de 8%. Já despesas como aposentadorias e pensões são corrigidas pelo índice de preços do final do ano, e a expectativa é de que fique em torno de 6%, gerando essa folga para despesas livres.

O secretário de Fazenda também mencionou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou o pagamento de uma renda mínima para brasileiros em situação de pobreza como um ponto de pressão para fechar o próximo orçamento. Outro ponto destacado foi a reforma tributária, que não afeta o teto de gastos, mas pode ter repercussão no resultado primário.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/08/2021

RECUPERAÇÃO ECONÔMICA AINDA NÃO ESTÁ CONSOLIDADA, ALERTA ÓRGÃO LIGADO AO SENADO

Instituição Fiscal Independente pondera riscos da lentidão da vacinação e disseminação das variantes, recuperação do mercado de trabalho, crise hídrica e pressão da inflação

Por Fernanda Trisotto



Bares e restaurantes fechados em São Paulo Foto: Edilson Dantas / 03-03-2021

BRASÍLIA – Apesar da melhoria dos indicadores, a recuperação econômica brasileira ainda não está consolidada. Os fatores de risco, no entanto, já estão mapeados: lentidão da vacinação e disseminação das variantes, recuperação do mercado de trabalho, crise hídrica e pressão da inflação são os principais.

O alerta consta em avaliação da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado Federal, que divulgou relatório de acompanhamento fiscal (RAF) nesta quarta-feira.

O documento também pondera que o processo de aperto da política monetária, iniciado pelo Banco Central para conter o avanço da inflação, acaba reduzindo o apoio à economia nesse momento de recuperação, em que a taxa de desemprego ainda está em patamar elevado.

“A busca de espaço para acomodar políticas com retorno eleitoral e a consequente piora da percepção sobre o risco fiscal dificultam a tarefa do Banco Central de ancorar as expectativas de inflação à meta”, diz o texto.

Riscos para recuperação

O RAF pontua que os riscos que ameaçam a consolidação da recuperação econômica já estão mapeados. Uma preocupação é a disseminação de variantes da Covid-19, como a Delta, frente a um índice não tão elevado de brasileiros imunizados com duas doses da vacina.

“É válido pontuar que alguns países com taxas de vacinados mais elevadas voltaram a registrar aumento de casos pela variante Delta. Nesse sentido, o ritmo de expansão do comércio mundial, que beneficiou a economia brasileira ao longo do ano, pode ser também atenuado”, descreve o relatório.

Para além das dificuldades relacionadas à pandemia, a IFI cita o risco de racionamento energético, em função do baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas. Além da ameaça ao abastecimento, a crise hídrica já tem um efeito imediato na conta de luz, que voltou a subir e pressionar a inflação.

A estiagem é parte deste nó, mas um conjunto de problemas estruturais – como a falta de flexibilidade do modelo tarifário, baixa diversificação da matriz energética e atraso em obras – influencia este quadro.

A IFI alerta para a situação do mercado de trabalho: apesar da melhoria do nível de emprego com carteira assinada, o mercado informal ainda não se restabeleceu, o que mantém o patamar de desemprego elevado. A disparada da inflação e consequente elevação da taxa básica de juros também podem afetar o dinamismo da retomada.

Apesar desses riscos, que ampliam a incerteza em relação à economia neste semestre, a IFI destaca que os indicadores de prévia do PIB já divulgados pelo Banco Central e o efeito de carregamento, “colocam um viés de alta na projeção da IFI para o PIB de 2021, atualmente em 4,2%, no cenário base”.

Porém, justamente por causa desses fatores, as projeções para 2022 tendem a ser menores.

Nesta semana, o boletim Focus, do BC, apontou o mesmo quadro: em função de uma avaliação de risco fiscal e juros mais altos, o mercado piorou a projeção do PIB para 2022. A expectativa mais recente é de um crescimento de 2,04%. No início do ano, era de 2,5%.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 18/08/2021

RELATOR DA REFORMA DO IR DIZ QUE LOBBY PELA NÃO TRIBUTAÇÃO DE DIVIDENDOS BRECOU AVANÇO DA PROPOSTA

Após adiamento da votação, deputado Celso Sabino afirmou que há forte articulação atuando na Câmara para que a alíquota sobre os dividendos seja modificada

Por Fernanda Trisotto

BRASÍLIA – Um dia após os deputados decidirem adiar a votação da proposta que altera as regras do Imposto de Renda, o relator da proposta, Celso Sabino (PSDB-PA), avaliou que, apesar de vários avanços no texto, pesou contra o projeto a volta da tributação de lucros e dividendos.

Sugestão do governo para compensar a ampliação da faixa de isenção do IR para pessoas físicas e o corte dos tributos corporativos, os dividendos serão tributados em 20%.

O relator incluiu algumas isenções, como para empresas optantes do Simples e regime de lucro presumido com lucros anuais de até R\$ 4,8 milhões, mas não houve acordo para o avanço da tramitação.

— Nós conseguimos ajustar e resolver 100% de todas as demandas apresentadas (pelos deputados). Agora no fim chegou o que eu entendo que efetivamente é a principal demanda: não pagar o dividendo — afirmou o relator durante painel da 22ª Conferência Anual do Santander, nesta quarta-feira.

Sabino completou:

— Há um forte lobby na Câmara de Deputados atuando para que seja reduzida essa alíquota de dividendo, que não seja pago, que seja postergado, que seja adiado.

Segundo o deputado, é preciso um entendimento dos parlamentares, líderes e do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), para que a proposta volte à pauta de votação.

Ele defendeu, mais uma vez, que a aprovação do projeto vai implicar em forte redução da carga tributária para todas as empresas e que a correção da tabela do IR para pessoas físicas vai beneficiar a camada mais pobre da população.

— Mas há uma forte atuação desses interesses e pessoas que não querem ser tributadas com os lucros e dividendos — afirmou, acrescentando:

— Nós vivemos num país onde 21 mil pessoas no ano passado declararam juntas uma receita de R\$ 230 bilhões sem pagar um centavo de imposto enquanto você, eu e todos os demais brasileiros aí pagamos uma alíquota de 27,5%. Então, essa aí que hoje é o principal gargalo, já que todos os outros foram superados.

A última versão do parecer manteve a ampliação da faixa de isenção do IR para pessoas físicas para R\$ 2.500, a tributação de dividendos em 20%, mas promoveu alterações nos impostos para as empresas.

O IR das pessoas jurídicas terá um corte de 8,5 pontos percentuais (p.p.), passando de 25% para 16,5% em 2022. Ele será complementado pela redução em 1,5 p.p. da Contribuição Social sobre Lucro Líquido, que passará de 9% para 7,5% no próximo ano.

Everardo e Cintra: O que pensam dois ex-secretários da Receita sobre a reforma do IR proposta pelo governo

O secretário da Receita Federal, José Tostes Neto, também identifica no grupo que passará a ser tributado pelos dividendos o maior foco de resistência à proposta. Ele avalia que a reforma tributária, por mais neutra que possa ser do ponto de vista global, jamais o será do ponto de vista individual.

— Para o conjunto das empresas e das pessoas físicas haverá uma redução de carga tributária e para esse conjunto de contribuintes que hoje usufrui de uma isenção (dos dividendos) haverá aumento de carga — afirmou no evento do Santander.

E acrescentou:

— É justamente esse grupo pequeno de privilegiados, que usufruem dessa isenção, que tem se colocado em oposição a proposta e ao avanço da sua tramitação.

Isenção e pejotização

Questionado sobre os riscos de incentivar a pejetização por meio das mudanças na tributação das empresas, o secretário do Fisco ponderou que essa estratégia para fugir dos impostos já vem ocorrendo há algum tempo e é consequência perversa do aviltamento das relações de trabalho.

— A isenção da tributação de lucros e dividendos desde 1995 é um desses fatores que estimula e incentiva a pejetização – avaliou o secretário, que destacou o uso da estratégia por muitos profissionais liberais.

Para ele, a retomada da tributação de lucros e dividendos vai reduzir a atratividade da transformação em pessoa jurídica, mas é preciso estar atento para os tratamentos diferenciados:

— É preciso ter muita cautela e cuidado, especialmente com isenção, agora que estamos reintroduzindo a tributação dos dividendos para não manter essas vantagens que hoje existem – ponderou, afirmando que há uma preocupação da relatoria da proposta para evitar planejamentos fiscais de empresas que contem com essa isenção, e acrescentou:

— Porém, de fato, se essas isenções forem muito ampliadas há riscos de haver estímulos a pejetização.

A proposta do governo previa uma alíquota de 20% para tributação de lucros e dividendos, com isenção apenas para rendimentos de até R\$ 20 mil mensais.

Durante a tramitação da proposta, o rol das isenções foi ampliado para contemplar a distribuição de lucros entre empresas do mesmo grupo econômico, e as optantes dos regimes do Simples e lucro presumido com faturamento de até R\$ 4,8 milhões anuais.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 18/08/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

MINISTRO CONFIRMA QUE TRECHO DE TRANSNORDESTINA ATÉ SUAPE DEVE SAIR DA CONCESSÃO

Por Amanda Pupo

Brasília - O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, confirmou nesta terça-feira, 17, que o contrato de concessão da ferrovia Transnordestina deve ser ajustado para excluir o trecho que vai de Custódia (PE) a Suape (PE), que poderá ser objeto de outra parceria com a iniciativa privada. Já o trecho da ferrovia até o Porto de Pecém, no Ceará, será mantido.

“O que a gente tem estudado é como colocar aquele contrato de pé. Da maneira que está hoje é inviável. Por isso a gente tem trabalhado para fazer termo aditivo, deixar com a concessionária atual uma perna, a do Ceará, e a gente toma de volta a perna de Pernambuco, que passa a ser uma responsabilidade nossa”, disse Tarcísio durante audiência pública na Comissão de Infraestrutura do Senado.

O ministro disse acreditar que o governo tem instrumentos para dar uma solução ao trecho até Suape. Entre as opções avaliadas estão o projeto de ferrovia via regime de autorização, federal ou estadual, ou uma nova concessão, por exemplo.

A Transnordestina é uma concessão federal controlada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em construção desde 2006. O empreendimento provoca um grande mal estar no governo federal há várias gestões, em razão do atraso das obras. Atualmente, o governo avalia que para tornar o projeto viável não é possível que o traçado atenda ambas as saídas, do Porto de Pecém e do complexo portuário de Suape.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/08/2021

CORREIOS: LÍDER DA MAIOR BANCADA NO SENADO DIZ SER 'IMPOSSÍVEL' APROVAR PRIVATIZAÇÃO ATÉ SETEMBRO

A expectativa do Ministério da Economia é realizar o leilão entre março e abril do ano que vem e, para isso, governo conta a aprovação rápida do texto pelos senadores

Por Amanda Pupo, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Líder da maior bancada partidária no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM) classificou como "impossível" a meta do governo Bolsonaro de aprovar na Casa até início de setembro o projeto que abre caminho para a venda dos Correios. A proposta foi chancelada pela Câmara no último dia 5, e a expectativa do Ministério da Economia é de realizar o leilão entre março e abril do próximo ano.



Para manter essa previsão, no entanto, o governo conta com um aval rápido dos senadores ao texto. Após a deliberação na Câmara, o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados da pasta, Diogo Mac Cord, afirmou que o cronograma ficaria comprometido caso o Senado não aprove a proposta até no "máximo" o início do mês que vem.

O senador Eduardo Braga (MDB-AM). Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

A tarefa, no entanto, pode se mostrar difícil. Os senadores decidiram primeiramente tramitar o texto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa. A princípio, o trajeto é diferente do escolhido pela Câmara, que votou o projeto diretamente no plenário.

"Impossível (o prazo estimado no governo). A proposta tem que tramitar na CAE, as comissões estão funcionando", disse Braga. Por isso, e pelo fato de o tema ser novo para o Senado e já encontrar focos de resistência, Braga afirmou ao Estadão/Broadcast que o prazo trabalhado dentro do governo é "inexequível".

"Porque, na dúvida, você vota contra. Quer votar amanhã? Ok, se Rodrigo Pacheco (presidente do Senado) pautar, como nós temos dúvidas, votamos contra", alertou o líder do MDB, que conta com 15 cadeiras no Senado.

Além de questionar o cronograma, Braga apontou que guarda "graves dúvidas" sobre o processo de privatização da estatal. A preocupação é a mesma apontada por partidos de oposição ao governo na Câmara: a entrega de cartas em localidades distantes dos centros urbanos. Eleito pelo Amazonas, Braga afirmou que o futuro do atendimento em alguns municípios de seu Estado o preocupa, caso os Correios sejam vendidos.

O projeto aprovado pela Câmara obriga a empresa que arrematar a estatal a manter os serviços universalizados. O senador, no entanto, diz ter receio quanto ao preço que a população de cidades remotas vai acabar pagando. O texto define que as tarifas poderão ser diferenciadas geograficamente, com base no custo do serviço - trecho que a oposição tentou retirar da proposta durante a votação na Câmara, mas não conseguiu.

O governo vem afirmando que o atendimento integral - tanto de municípios lucrativos quanto dos mais custosos financeiramente - vai permitir o subsídio cruzado nas tarifas - ou seja, cobrar mais onde é lucrativo para subsidiar o preço de onde o serviço não gera lucro.

"Problema é o custo. A carta pode até chegar. Mas e o custo? Tenho graves dúvidas com relação à privatização dos Correios. Em algumas regiões do meu Estado, ainda não temos 3G, 2G. Privatizar os Correios é não reconhecer essa diversidade que existe no Brasil", disse Braga. "O problema é que a obrigatoriedade legal pode ficar inviabilizada pelo custo", continuou o senador.

Essas dúvidas também são compartilhadas por outros senadores. A decisão de o projeto passar pela CAE foi tomada em reunião de líderes na última sexta-feira, 13, em que colegas já aproveitaram para expor alguns receios quanto à proposta.

A senadora Simone Tebet (MDB-MS) questionou o motivo da privatização. "Como estatal, não é o lucro o grande objetivo dos Correios, mas o bem coletivo. Não é à toa que, em todas as pesquisas de opinião sobre a importância e a credibilidade das instituições públicas e das empresas privadas, os Correios sempre aparecem no topo. Por que, então, privatizar o coletivo de afogadilho, sem sessões presenciais, sem debate com a sociedade e sem consultar a população para saber o que ela quer? Pior. No meio de uma pandemia. O Congresso Nacional, como Casa representativa da população brasileira como um todo, deveria se preocupar mais com a vontade de seu povo", disse ela.

Funcionários

Braga lembrou que o contexto é diferente do da privatização da Eletrobras, aprovada no Congresso, e cujo texto da medida provisória editada pelo governo já atendia previamente algumas das demandas do Senado. "Construímos a várias mãos com o governo. Isso não teve com os Correios", disse Braga. Não obstante, a proposta de privatização da estatal de energia passou por maioria apertada entre os senadores.

Outra preocupação relatada por Braga sobre o projeto dos Correios gira em torno dos trabalhadores, especialmente dos carteiros, e como será a absorção pelo mercado em caso de demissões. A estatal conta hoje com mais de 90 mil funcionários. Pelo texto aprovado na Câmara, os funcionários da estatal terão garantida a estabilidade por um ano e meio.

"Você tem uma mão de obra com conhecimento específico, quem vai contratar? A empresa privada? Não sei. Nos grandes centros ela poderá utilizar novas ferramentas tecnológicas, o que diminuirá muito a necessidade do conhecimento acumulado dessas pessoas. Onde não tem essa tecnologia, essas pessoas serão fundamentais. Mas dependerá da demanda. Se o preço for muito alto e não houver demanda, o que vai acontecer com eles?", questionou Braga.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/08/2021

CRESCE A IMPORTÂNCIA DO ARMAZENAMENTO DE ENERGIA

Brasil segue tendência mundial e investe no setor



Em tempos de crise de energia no Brasil e mudanças climáticas em todo o mundo, vários países decidiram mergulhar no desenvolvimento e nas aplicações de sistemas de armazenamento de energia. No Brasil, esse caminho é fundamental, uma vez que permite o uso combinado de várias fontes de energia limpa, como a solar, eólica e hídrica.

Segundo a consultoria internacional Wood Mackenzie, que monitora o setor em todo

o mundo, a quantidade de energia armazenada no planeta inteiro deve crescer uma média anual de 31% até 2030, o que vai significar uma armazenagem de 741 gigawatts-hora.

No Brasil, os números apresentados em um estudo da Greener e da NewCharge mostram que a capacidade instalada em 2030 poderá chegar a 18 gigawatts-hora. O que deverá gerar um faturamento de R\$ 40 bilhões.

“O armazenamento é a chave para o forte crescimento das energias renováveis. A questão é se o armazenamento pode capturar fluxos de receita estáveis de longo prazo. O armazenamento de baixo custo e de longa duração pode competir cada vez mais com o carvão, o gás natural e a hidrelétrica, permitindo níveis mais altos de penetração solar e eólica”, afirmou Le Xu, analista sênior da Wood Mackenzie, durante o lançamento do estudo da consultoria internacional.

Os sistemas de energia, que vieram para ficar, são formados por três conjuntos básicos de equipamentos. As próprias baterias, os dispositivos que ajudam a regular os níveis de carga armazenada e um terceiro aparelho que transforma a energia estocada nos níveis de tensão, corrente e frequência adequados. Os especialistas do setor, tanto da academia quanto da iniciativa privada, são unânimes em dizer que o armazenamento em bateria vai provocar uma importante mudança no sistema elétrico mundial.

Entre as vantagens dessa tecnologia, o que é muito importante para o Brasil, está a possibilidade de, na origem, na geração elétrica, ocorrer a integração de fontes renováveis intermitentes como a solar e a eólica. O armazenamento pode ser aplicado na geração, na transmissão e na distribuição. A maioria dos projetos piloto em curso até agora, e vários estão sendo feitos na iniciativa privada em parceria com órgãos de pesquisa, mostra que a segurança na geração e a qualidade da energia estão garantidas. Além disso, como se pode jogar energia armazenada nas redes durante os momentos de pico, o modelo tarifário brasileiro também poderá evoluir nos próximos anos, à medida que os sistemas de armazenamento forem avançando. Ou seja, a energia deve ficar mais barata.

Atualmente, um dos maiores projetos de armazenamento de energia em montagem no País é o da Vale. O objetivo é colocar para funcionar um conjunto de dispositivos que vão ter a capacidade de estocar até 10 MWh, o que, na prática, vai diminuir a conta de energia da empresa durante o horário de pico. A companhia pretende usar baterias de íon-lítio, uma das principais tecnologias que estão sendo desenvolvidas em termos mundiais atualmente. Nem sempre sem risco, como mostrou o incêndio recente em uma das maiores unidades de produção desse tipo de bateria no mundo, da Tesla. O fogo na planta da Austrália demorou três dias para ser controlado.

No caso brasileiro, um dos gargalos que precisam ser enfrentados, segundo as empresas, é o da regulamentação do setor, que ainda tem muitas arestas para serem aparadas. Em paralelo às questões regulatórias, o avanço científico e tecnológico tem sido significativo. Em 2017, a Aneel aprovou 23 projetos de pesquisa e desenvolvimento para o setor. Atualmente, eles estão em fase de implantação. Vários grupos em universidades como USP, Unesp e Unicamp e em outros Estados brasileiros trabalham em projetos de inovação voltados para o armazenamento de energia também.

Data: 18/08/2021

COSAN E EMPRESA NORTE-AMERICANA DEMONSTRAM INTERESSE NA ES GÁS

Por Wilian Miron



Governo tem 51% das ações ordinárias e 2% das preferenciais da ES Gás Foto: André Valentim/Agência Petrobras

Após acertar com a BR Distribuidora os últimos detalhes para uma venda conjunta de suas participações na Companhia de Gás do Espírito Santo (ES Gás), o governo capixaba já tem recebido sondagens de potenciais compradores da concessionária de gás natural do Estado. Ao menos

três empresas, entre elas o Grupo Cosan e uma companhia norte-americana, teriam demonstrado interesse no ativo.

O Estado tem 51% das ações ordinárias e 2% das preferenciais, enquanto as participações restantes pertencem à BR Distribuidora.

Os próximos passos para levar a empresa a leilão devem ser concluídos nas próximas semanas, quando os acionistas da ES Gás assinarão o contrato com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que passará a ser o responsável pela modelagem e precificação da empresa, que deve ficar entre R\$ 1 bilhão e R\$ 1,2 bilhão, segundo fontes consultadas pelo Broadcast Energia.

Valorizada

O valor estimado para a venda da concessionária é significativamente maior do que a faixa entre R\$ 700 milhões e R\$ 800 milhões estimados em 2019. Isso porque, a empresa fez investimentos na interligação da rede de distribuição de Linhares ao gasoduto de transporte Cacimbas-Vitória, que aumenta a capacidade de fornecimento de gás natural no Norte do Estado. As obras começaram em junho e têm prazo de conclusão de 12 meses. Além disso, a empresa obteve no ano passado a renovação do contrato de concessão pelo prazo de 25 anos.

Quem levar a concessão passará a administrar uma rede de 465 quilômetros de malha de gasodutos em 13 municípios, onde a ES Gás atende a 67,087 mil consumidores.

Segundo o secretário de Inovação e Desenvolvimento do Espírito Santo, Tyago Hoffmann, com o avanço na negociação com a BR Distribuidora, o leilão para a venda de 100% da companhia deve acontecer no primeiro semestre do ano que vem, possivelmente entre março e abril.

Hoffmann disse também que a venda da empresa é conceitual, e não porque o Estado esteja endividado. “Queremos ampliar e fomentar parcerias com o setor privado, e entendemos que com um investidor assumindo a concessão, será possível ampliar o nível de investimentos no Estado e beneficiar grupos que precisam do acesso a um gás mais barato”, disse.

Procurado, o Grupo Cosan não comentou o assunto. O BNDES e a BR Distribuidora não responderam.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/08/2021

INSERÇÃO DO BRASIL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL REQUER MELHOR RELACIONAMENTO COM TRANSNACIONAIS

Não se pode esperar do capital estrangeiro o protagonismo dos investimentos totais, pois o vetor principal das inversões está na atividade doméstica

Por Antonio Corrêa de Lacerda, O Estado de S.Paulo*

O investimento direto estrangeiro (IDE) representa todo ingresso de recursos advindos do exterior para instalação ou aquisição de empresas, caracterizando uma relação direta com a gestão da atividade. Nos 25 anos entre 1995 e 2020, o Brasil se manteve entre os principais países receptores de IDE no mundo. Apesar desse desempenho relativamente positivo, ainda nos falta uma estratégia mais clara no relacionamento com os potenciais investidores internacionais, assim como para as empresas transnacionais já em operação no mercado doméstico.

Dois aspectos se destacam nesta pauta. O primeiro, internacional, é que tem crescido a disputa de novos projetos entre os vários mercados, uma vez que os efeitos da pandemia de covid-19 provocaram uma queda de 33% nos fluxos globais de investimentos estrangeiros em relação ao ano anterior. O segundo aspecto é que a economia brasileira tem perdido espaço nas cadeias globais de valor, pela saída de empresas que mantinham operações no Brasil.

No Brasil, duas características têm marcado o IDE ingressante. Uma primeira, não exclusivamente local, é a predominância dos fluxos voltados para a aquisição de empresas já existentes. Ou seja, não se trata de investimento novo propriamente dito, mas de transferência de capital doméstico para internacional, sempre com implicações. A segunda observação se refere à predominância dos investimentos sem vocação exportadora, voltados para o atendimento do mercado doméstico.

Foi recentemente criada no Congresso Nacional a Frente Parlamentar em Apoio aos Investimentos Estrangeiros para o Brasil (Frente Investe Brasil), cujo objetivo é articular as condições para incentivar o ingresso dessa modalidade. Trata-se de iniciativa válida, tendo em vista a relevância do tema.

A grande maioria dos países mundo afora conta com agências nacionais e regionais de promoção de investimentos, as quais visam a prospectar e atrair a parcela mais interessante dos investimentos estrangeiros. No Brasil, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) – antiga Apex – tem essas atribuições. Há outros órgãos governamentais que também têm interação no assunto, como, principalmente, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Vale a pena desmistificar o papel do investimento estrangeiro no desenvolvimento dos países. Na verdade, o IDE não é o vilão apontado por alguns nem tampouco a panaceia apresentada por outros. Ao mesmo tempo que gera externalidades positivas, embora não automáticas, também provoca impactos na estrutura produtiva e de distribuição, assim como no balanço de divisas.

O IDE, embora de relevância crescente a partir da globalização e especialmente pós-década de 1990, tem papel apenas marginal no total do investimento realizado pela maioria dos países, representando, na média, algo próximo de 10%. Mesmo na China, ele não representa mais do que 15% da formação bruta de capital fixo.

Portanto, não se pode esperar do capital estrangeiro o protagonismo dos investimentos totais. Todas as experiências internacionais analisadas apontam para um papel dessa modalidade relevante qualitativamente, tendo em vista sua integração às cadeias de valor, mas o vetor principal das inversões está na atividade doméstica!

A inserção internacional brasileira sob o ponto de vista comercial, tecnológico e produtivo passa por um aprimoramento na regulamentação e de políticas de relacionamento com as empresas transnacionais. Tanto as já em operação como aquelas potenciais investidoras no Brasil. Algo que requer a combinação de ações governamentais, mas também da iniciativa privada.

*PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA (COFECON), É PROFESSOR-DOUTOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA DA PUC-SP

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 18/08/2021

 Logo for 'Valor Econômico' with the word 'Valor' in a large, bold, serif font and 'ECONÔMICO' in a smaller, sans-serif font above it.

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

COMÉRCIO MUNDIAL MANTÉM RECUPERAÇÃO FORTE, MAS HÁ AMEAÇA, APONTA OMC

Fluxo pode ser reduzido diante da escassez de semicondutores que recentemente tem dificultado a produção de veículos

Por Assis Moreira, Valor — Genebra



A recuperação do comércio mundial se mantém forte, mas seu ritmo poderá ser diminuído por interrupções na cadeia de abastecimento, como a escassez de semicondutores que recentemente tem dificultado a produção de veículos.

É o que aponta o Barômetro do Comércio de Mercadorias, da Organização Mundial do Comércio (OMC), um indicador que visa fornecer informações em tempo real sobre a trajetória do comércio mundial de mercadorias em relação às tendências recentes.

O resultado do barômetro em julho é de 110,4 pontos, numa alta de mais de 20 pontos em relação a 2020, “refletindo a força da recuperação em curso e a profundidade do choque induzido pela pandemia no ano passado”. No entanto, a OMC nota que os dados sugerem que a recuperação das exportações e importações pode estar diminuindo, pois o índice do barômetro começou a subir a uma taxa decrescente.

Em todo o caso, segundo a OMC, os resultados são consistentes com a mais recente previsão da entidade de crescimento de 8% no volume de comércio mundial de mercadorias em 2021.

O volume do comércio de mercadorias aumentou 5,7% no primeiro trimestre de 2021, comparado ao mesmo período do ano anterior, na segunda maior alta desde o terceiro trimestre de 2011. Mas a recuperação foi marcada por disparidades regionais. A América do Norte, Europa e Ásia recuperaram terreno perdido nas vendas globais, enquanto outras regiões ficaram para trás.

Para a OMC, o resultado de julho do barômetro sugere que o comércio mundial de mercadorias terá um aumento anual ainda maior no segundo trimestre. Em seguida, virá um crescimento moderado, por causa de dificuldades na cadeia global de abastecimento.

Em julho, com o barômetro chegando a 110,4, significa mais de 10 pontos superior ao valor da linha de base de 100 que indica crescimento do comércio acima da tendência de médio prazo.

Todos os componentes do barômetro estiveram acima da tendência no último mês, ilustrando a natureza ampla da recuperação do comércio. Os índices para frete aéreo (114), transporte de contêineres (110,8) e matérias-primas (104,7) estavam em alta, apontando crescimento mais rápido do que a média. O índice de produtos automotivos (106,6) também subiu, apesar de a produção e as vendas de automóveis terem declinado em julho em alguns países por causa da escassez de semicondutores.

Segundo a OMC, esta escassez também se reflete em uma ligeira queda no índice de componentes eletrônicos (112,4). O índice de encomendas de exportação voltado para o futuro (109,3) também diminuiu, sinalizando que a dinâmica ascendente do comércio pode ter atingido o seu auge.

O recente fechamento do terminal chinês de Ningbo-Zhoushan, o terceiro maior do mundo em contêineres, ocorreu por causa de casos de covid-19 em trabalhadores locais. E causa problemas para o transporte marítimo em geral que podem continuar até o ano que vem, segundo especialistas.

Isso significará atrasos na entrega de mercadorias, aumento de preço dos contêineres e conseqüentemente alta nas vendas ao consumidor. Tudo isso num contexto de escassez de semicondutores e aumento no custo de matérias-primas.

Certos analistas calculam que o fechamento parcial do porto chinês ameaça um volume de comércio internacional de US\$ 172 bilhões. O preço do custo de transporte marítimo já bateu

recorde entre a China e sul da Ásia para os EUA. O congestionamento é enorme. Cerca de 350 navios transportando contêineres aguardam em outros portos em volta do mundo. Essa disrupção se soma a outros problemas neste ano.

O porto chinês de Yantian recusou embarque e desembarque de mercadorias em meados do ano, também por causa de infecções por covid entre funcionários do porto. Em março, o navio Ever Given, que encalhou no canal de Suez, já tinha interrompido o tráfego marítimo em uma das passagens mais importantes para o comércio mundial.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 18/08/2021

CBA VAI INVESTIR R\$ 4 BI ATÉ 2025 EM PRODUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE BAUXITA

Presidente da companhia, Ricardo Carvalho explica que cada iniciativa receberá metade dos recursos

Por Ana Paula Machado, Valor — São Paulo



Foto : Ana Paula Paiva/Valor

Depois de apresentar resultados históricos, com uma alta de 1.900% no lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) no segundo trimestre deste ano, a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) já tem preparado investimentos para os próximos cinco anos. A empresa vai investir R\$ 4 bilhões até 2025 em aumento de capacidade de produção e na exploração de bauxita.

O presidente da companhia, Ricardo Carvalho, disse, ao Valor, que os recursos serão divididos, em 50%, para cada iniciativa. O projeto de produção de bauxita, chamado de “Projeto Bauxita Rondon”, em Rondon do Pará (PA), ainda carece de um parceiro investidor ou de contratos de longo prazo para sair do papel. “Já temos todas as licenças prévias concedidas, as reservas auditadas e agora, estamos na fase de viabilização do projeto. Já estamos conversando com possíveis investidores. A ideia é ter uma definição sobre a produção de bauxita até o final do próximo ano”, afirmou Carvalho.

Segundo ele, os grandes consumidores de bauxita são a China e países do Oriente Médio e com a capacidade prevista para a extração no projeto, de até 18 milhões de toneladas por ano, poderia atender esses mercados e seria o concorrente direto dos produtores de Guiné, na África, hoje o maior exportador de bauxita. “A expectativa é, na primeira fase, produzir 4,5 milhões de toneladas por ano e podemos aumentar a produção em módulos de 4,5 milhões de toneladas, até chegar a capacidade de 18 milhões anuais.”

Carvalho acrescentou que os investimentos previstos de R\$ 2 bilhões são para todo o projeto de bauxita e considera o desenvolvimento de mina e a parte logística. “Já estamos conversando com a VLI, que administra a Estrada de Ferro Carajás, para o escoamento da produção na ferrovia. Vamos construir também um terminal no Porto de Itaqui para a exportação da bauxita. Isso tudo está em análise”, afirmou o executivo.

A produção de bauxita foi a segunda alternativa para o norte do país. O primeiro projeto era para alumina, mas, segundo Carvalho, não teve a atratividade necessária para colocar a produção “na rua”. “Fizemos um road show com o projeto e não despertou interesse, mas, em contrapartida, a produção de bauxita, sim. Os chineses, os maiores consumidores, preferem fazer as próprias refinarias e a sua alumina. Mudamos o projeto para bauxita e aí começamos a ter alguns interessados”, disse Carvalho.

Outra frente da CBA é o crescimento “orgânico” da companhia. Para isso, a empresa vai investir outros R\$ 2 bilhões na produção de alumínio primário e na reciclagem. Isso representa o retorno de capacidade de alumínio primário no país, que, em 2014, por causa da alta do custo com energia, fez muitas produtoras a fecharem usinas em todo país.

A CBA, segundo Carvalho, vai religar as salas fornos 1 e 3 da unidade na cidade de Alumínio, no interior de São Paulo. Hoje, a companhia tem uma capacidade instalada de 350 mil toneladas por ano e o retorno dos equipamentos devem adicionar mais 80 mil toneladas à empresa. “Somos um dos importadores de alumínio primário no país atualmente. Com essa expansão, vamos substituir essas compras externas. O nosso foco é o mercado interno, não devemos exportar a nossa produção.”

Esse aumento de capacidade deve ocorrer até 2025, segundo Carvalho, mas será de forma escalonada. O executivo ressaltou que, a sala de fornos 3 deve retornar a operação ao final de 2022. “Temos ainda o projeto de aumentar a reciclagem em nossa produção de tarugos destinados à construção civil. Para isso, vamos aumentar a nossa capacidade de processar sucata. Hoje, no país, 30% da produção de alumínio vem da sucata. A Metalex, nossa usina de Araçariguama (SP), já usa mais de 60% de sucata para fazer o tarugo. Estamos em processo uma nova linha para processar o material de mercado e tirar as impurezas. A nossa meta é ter mais de 80% de nossa produção de tarugo por meio de sucata”, disse Carvalho.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 18/08/2021

PORTO CHINÊS SEGUE FECHADO E PIORA CONGESTIONAMENTO DE NAVIOS

Navios continuam indo em direção a outras cidades do país devido às incertezas sobre a duração das medidas de controle da covid-19 que paralisaram as operações de um importante terminal

Por Valor, Bloomberg — São Paulo



Foto: Lam Yik Fei/Bloomberg

O fechamento parcial do porto de Ningbo-Zhoushan, o terceiro maior do mundo em movimentação de contêineres, está piorando o congestionamento em outras partes da China. Navios continuam indo em direção a outras cidades do país devido às incertezas sobre a duração das medidas de controle da covid-19 que paralisaram as operações de um importante terminal.

O número de navios porta-contêineres ancorados perto de Xiamen, no sudeste da China, aumentou de seis no início do mês para 24 na terça-feira. Um movimento similar está sendo observado em Hong Kong, que já enfrentou um grande congestionamento de embarcações após o fechamento do porto de Yantian em maio.

O terminal de Meishan, um dos principais do porto de Ningbo, foi fechado na semana passada após as autoridades locais detectarem um caso de covid-19 causado pela variante delta. Mas os efeitos da paralisação não estão restritos à China e já estão sendo observados em outras partes do mundo.

A CMA CGM disse em uma nota a clientes que as autoridades locais devem reavaliar a retomada das operações ainda nesta quarta-feira. A previsão não foi confirmada pelo governo de Ningbo.

As autoridades do porto informaram na terça-feira que a movimentação de contêineres superou a média registrada durante os sete primeiros meses do ano. Nos 11 primeiros dias de agosto, o número permaneceu em cerca de 90% do nível observado em julho.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 18/08/2021



G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO

'DEMOCRACIA NÃO PODE SER QUESTIONADA COMO VEM SENDO', DIZ PACHECO APÓS REUNIÃO COM FUX

Presidente do Senado disse também que o radicalismo e o extremismo são ruins para o país. Reunião com Fux discutiu a crise entre os poderes, em especial entre o Judiciário e Executivo.

Por Fernanda Vivas e Márcio Falcão, TV Globo — Brasília

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), disse nesta quarta-feira (18) que a democracia no país não pode ser questionada como vem sendo nos últimos dias. Pacheco deu a declaração após se reunir no Supremo Tribunal Federal (STF) com o presidente da Corte, ministro Luiz Fux.

"Nós precisamos de uma pauta propositiva, e o ambiente dessa pauta propositiva é a democracia. A democracia não pode ser questionada da forma como vem sendo questionada no país", afirmou o senador.

A reunião de Pacheco com Fux teve o objetivo de discutir soluções para a crise entre os poderes, em especial o desgaste do Judiciário com o Executivo.



Rodrigo Pacheco: 'Diálogo entre os Poderes é fundamental'

A crise se intensificou após o presidente Jair Bolsonaro direcionar ataques ao STF e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nos últimos dias, os tribunais abriram investigações sobre o presidente. Uma delas é o inquérito no TSE, tribunal presidido por Barroso, que investiga Bolsonaro por ataques sem provas contra as urnas eletrônicas.

Bolsonaro chegou a dizer, na semana passada, que vai pedir ao Senado o impeachment dos ministros Luis Roberto Barroso e Alexandre de Moraes. Mas ainda não pediu.

Na saída do encontro com Fux, Pacheco disse também que o radicalismo e o extremismo são ruins para o país e para a democracia.

"Concordamos que o radicalismo e o extremismo são muito ruins para o Brasil e são capazes de destruir a democracia. Precisamos evitar o radicalismo e o extremismo e buscar o diálogo", salientou o presidente do Senado.

Para Pacheco, o país precisa de pacificação e o exemplo deve partir dos "homens públicos que estão em Brasília".

Pedidos de impeachment

Questionado sobre os eventuais pedidos de impeachment de Barroso e Moraes, Pacheco disse que não vê nisso a solução para a crise institucional. Para ele, a solução passa pela "maturidade" dos homens públicos para reunirem-se e dialogarem.

"Eu sou contrário à utilização do impeachment como solução do problema. A solução do problema institucional para a crise que temos hoje se dá a partir da maturidade dos homens públicos para sentarem à mesa e conversarem", concluiu o presidente do Senado.

Fonte: G1 – O Portal de Notícias da Valor Econômico - SP

Data: 18/08/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

ARTIGO - UM NOVO CONCEITO PARA DOCAGEM

Por Bruno Assis de Lima TECNOLOGIA E INOVAÇÃO 18 Agosto 2021

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma nova possibilidade por meio de um de um novo conceito de lançamento e docagem, na qual consiste em utilizar roletes infláveis denominados de AirBags, tal conceito vem se expandindo mundialmente devido a sua dinamicidade, e os custos agregados a implementação deste método. Além da utilização deste sistema na indústria naval tanto para construção como para reparo dos de diversos tipos de meios flutuantes.

Por se tratar de um conceito teoricamente simples em comparado com outros métodos de lançamento e docagem, a aplicação deste sistema representa uma opção viável em termos econômicos frente a outras formas utilizadas. O que pode possibilitar a diversas estaleiros e bases navais, que não contam com capacidade ou infraestrutura adequada, desenvolver novas metodologias de manutenção e reparo de suas respectivas frotas permitindo uma análise profunda deste recurso e futuras avaliações deste conceito de docagem.

Bruno Assis de Lima Bruno Assis de Lima é Capitão-Tenente Engenheiro Naval, formado em Engenharia Naval pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Responsável técnico pelo estudo para implementação da remotorização das Lanchas de Emprego e Patrulha classe LAEP-07.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/08/2021

17ª RODADA DE LICITAÇÕES: DIVULGADAS AS SEIS PRIMEIRAS EMPRESAS INSCRITAS

Da Redação OFFSHORE 18 Agosto 2021



A ANP publicou nesta quarta-feira (18) a relação das seis primeiras empresas inscritas para a 17ª Rodada de Licitações de Blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural, prevista para 7 de outubro.

Até o momento, estão aptas a participar da rodada a Petrobras (Petróleo Brasileiro S.A.), Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda., Shell Brasil Petróleo Ltda., TotalEnergies EP Brasil Ltda.,

Ecopetrol Óleo e Gás do Brasil Ltda. e Murphy Exploration & Production Company.

A 17ª Rodada de Licitações irá ofertar 92 blocos com risco exploratório, com área total de 53,93 mil km². Os blocos estão localizados em 11 setores de elevado potencial e de nova fronteira de quatro bacias sedimentares marítimas brasileiras: Campos, Pelotas, Potiguar e Santos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/08/2021

SISTEMA DE ARMAZENAMENTO DE CONTÊINER AUTOMATIZADO FAZ TESTE BEM-SUCEDIDO

Da Redação *PORTOS E LOGÍSTICA* 18 Agosto 2021



A DP World concluiu os testes do sistema de armazenamento de contêineres Boxbay totalmente automatizado em seu terminal de Jebel Ali em Dubai. Foram realizados mais de 63 mil movimentos de contêineres desde que a instalação foi inaugurada no início deste ano.

A instalação, que pode conter 792 contêineres por vez, superou as expectativas, entregando mais rápido e com maior eficiência energética do que o previsto, disse o operador do terminal com sede em Dubai.

O sistema movido a energia solar armazena contêineres em slots em um rack de aço de até 11 de altura. A DP World afirma que a Boxbay oferece três vezes a capacidade de um pátio convencional no qual os contêineres são empilhados diretamente uns sobre os outros, reduzindo a pegada dos terminais em 70% e os custos de energia em 29%. A Boxbay entregou 19,3 movimentos por hora em cada transferência junto à água e 31,8 movimentos por hora em cada caminhão guindaste terrestre.

Boxbay é uma joint venture entre a DP World e o grupo alemão especialista em engenharia industrial SMS. O sistema move os contêineres para dentro, para fora e entre os slots com guindastes totalmente eletrificados e automatizados embutidos na estrutura, podendo acessá-los sem mover nenhum outro.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 18/08/2021

TECPLATA LIGARÁ PORTO DE SANTA FE AO BRASIL

Da Redação *PORTOS E LOGÍSTICA* 18 Agosto 2021



A TecPlata, subsidiária argentina da International Container Terminal Services, Inc. (ICTSI), operando no porto de La Plata, está colaborando com a autoridade do Porto de Santa Fe um novo serviço feeder para conectar o porto argentino ao Brasil e à Ásia.

Um acordo firmado entre a TecPlata e o Porto de Santa Fe planeja duas ligações por mês nas barcaças de 500 TEUs operadas pela Newport Management.

Com este serviço, a carga de exportação do Terminal de Contêineres e Cargas Gerais do Porto de Santa Fe será transportada por barcaça até o TecPlata, de onde se conectará à rede regional de embarques existente da Log-in para o Brasil. A carga com destino à Ásia será então transbordada do Porto de Santos, em São Paulo, por meio do serviço operado pela Evergreen.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 18/08/2021

ANTAQ AUTORIZA OPERAÇÃO DE INSTALAÇÕES EM MANAUS E PARÁ

Da Redação *PORTOS E LOGÍSTICA* 18 Agosto 2021

Uma autorização é para apoio ao transporte aquaviário. A outra, para Estação de Transbordo de Cargas

A Antaq publicou, nesta quarta-feira (18), dois termos de liberação de operação (TLOs).

A Agência autorizou a empresa Quadros Cia Ltda., em Manaus (AM), a iniciar a operação de sua instalação de apoio ao transporte aquaviário, conhecida como Pontão Quadros Filhos, na modalidade de instalações flutuantes fundeadas sem ligação com instalação em terra, na capital amazonense.

A outra autorização foi para a Cargill Agrícola S.A., sediada em São Paulo. A empresa poderá iniciar as atividades da Estação de Transbordo de Cargas, conhecida como Cargill Agrícola S.A. - ETC Miritituba (PA), localizada em Miritituba, região geográfica de Itaituba (PA), para operação integral de movimentação e/ou armazenagem de cargas com perfil de granel sólido.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/08/2021

ANTAQ REALIZA CONSULTA PÚBLICA PARA LEILÃO DE TERMINAL DE GRANÉIS SÓLIDOS EM SANTOS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 18 Agosto 2021

Começo nesta quarta-feira (18) consulta pública sobre arrendamento de área no Porto de Santos. A STS53 será destinada à instalação de terminal dedicado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente adubos (fertilizantes) e sulfatos.

A consulta é realizada pela Antaq para obter contribuições para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos para a realização de leilão de arrendamento da área portuária na poligonal do Porto de Santos (SP).

A área será destinada à instalação de terminal dedicado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente adubos (fertilizantes) e sulfatos, denominada STS53.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/08/2021

PORTO DE VITÓRIA REGISTRA CRESCIMENTO DA MOVIMENTAÇÃO DE TODOS OS TIPOS DE CARGAS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 18 Agosto 2021



Mês em que houve quebra de recorde em movimentação mensal no Porto de Vitória, julho também registrou aumento na operação de todas as naturezas de carga, crescendo 23,73% em comparação a 2020. No acumulado do ano, granel sólido foi o destaque, com 536,4 mil t movimentadas, número que corresponde 42,58% a mais que o ano passado. Os produtos mais movimentados foram o carvão mineral, com aumento de 123% e malte, com 57,7%.

Em seguida, registra-se a movimentação de carga geral solta, com aumento significativo, puxada pelos 5.081 veículos desembarcados no mês. No acumulado do ano, obteve crescimento de 23,11%. Somente a movimentação de veículos cresceu 64,78% no período.

Granel líquido também obteve bons resultados. No acumulado do ano, operou 83,2 mil t, que corresponde a crescimento de 17,72%. Os destaques foram: soda cáustica com aumento de 39,9% e combustíveis, com 14%.

A movimentação de contêineres também foi positiva. De janeiro a julho deste ano, aumentou 22,60% em comparação ao mesmo período de 2020. Outro dado que chama atenção é o crescente aumento da taxa de ocupação, que no acumulado do ano já registra alta de 29,99%.

Seguindo tendência demonstrada nos últimos meses, as navegações de cabotagem e longo curso estão divididas nas operações realizadas no Porto de Vitória. No mês, 48,08% foram destinadas a cabotagem e 51,92% longo curso.

Ainda, os principais locais de origem e destino de embarcações que atracam no Porto de Vitória neste mês, além do Brasil, foram: Estados Unidos, Argentina, Colômbia e China.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/08/2021

PETROBRAS INCORPORA QUESTÃO CLIMÁTICA EM TODOS OS PLANEJAMENTOS E AÇÕES

Da Redação OFFSHORE 18 Agosto 2021

O presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, reforçou em coletiva de imprensa realizada na Offshore Technology Conference (OTC), em Houston (EUA), o papel da Petrobras no contexto da transição energética. Ele lembrou que a eficiência operacional em gases de efeito estufa é uma das quatro métricas de topo da companhia, que influenciam a remuneração de todos os executivos e empregados.

Como resultado do esforço que vem sendo feito pela companhia, as emissões para cada barril produzido pela Petrobras caíram praticamente à metade nos últimos 11 anos.

“Todas as nossas ações estão voltadas para produção com baixo carbono tanto na fase de exploração e produção quanto na fase de refino. O nosso planejamento estratégico para 2022-2026 vai novamente contemplar todas as ações com preocupação não só com descarbonização, mas também com o meio ambiente”, destacou Silva e Luna durante a coletiva, promovida pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil).

Silva e Luna lembrou, ainda, que a produção no pré-sal totalizou cerca de 2 milhões de barris de óleo equivalente por dia no segundo trimestre de 2021, atingindo a marca de 70% da produção total da Petrobras. Desta produção, mais de 80% é de petróleo de baixo custo de produção e baixo teor de emissões, o que confirma o potencial das gigantescas reservas no litoral do Brasil no novo contexto da indústria do petróleo. Segundo o presidente da Petrobras, os bons resultados no pré-sal comprovam “o acerto da estratégia de investirmos firmemente no seu desenvolvimento”.

Na segunda-feira (16/8), foi realizada a sessão especial “Búzios Project: A Brazilian Pre-salt Super Giant”, na qual foram detalhadas as tecnologias desenvolvidas para viabilizar o campo de Búzios e que levaram a companhia a receber o Distinguished Achievement Award for Companies, principal prêmio da indústria mundial de petróleo e gás, pela quarta vez. “Este campo possui o maior volume de petróleo no portfólio da Petrobras e também é o maior campo de petróleo em águas profundas do mundo. Ele ocupa uma área que é maior do que a cidade de Nova York”, comparou Marcio Kahn, gerente Executivo de Búzios, em uma das sete apresentações de executivos da Petrobras na sessão.

Marcio destacou alguns dos resultados já alcançados desde abril de 2018, quando foi iniciada a produção no campo. “Em 2020, após menos de dois anos de operação, o campo de Búzios ultrapassou a marca de produção de 600 mil barris de petróleo por dia, devido aos expressivos resultados operacionais e a um estudo técnico que permitiu que nossas unidades operassem acima da capacidade original”, disse. Outros recordes citados pelo executivo foram a produção média atual por poço de 36 mil barris por dia (com picos de até 70 mil) e uma produção acumulada de 100 milhões de barris de óleo equivalente alcançada em apenas 18 meses.

Segundo Marcio, essas marcas são mais relevantes diante dos complexos desafios do campo, com temperaturas e pressões elevadas nos reservatórios, rochas heterogêneas que favoreciam a perda de fluidos durante a perfuração e fundo do mar muito acidentado, que dificultava a ancoragem das unidades de produção. “Para superar esses desafios, enquanto enfrentávamos forte restrição de investimentos, tivemos de desenvolver tecnologias inovadoras que nos permitissem, simultaneamente, melhorar a produtividade, segurança e reduzir custos”, explicou Kahn, que elogiou o corpo técnico da Petrobras e demais parceiros. “A experiência técnica do nosso time, desenvolvida ao longo de décadas de experiência, foi indispensável para alcançarmos feitos tão incríveis. A cooperação e colaboração com fornecedores, universidades e pesquisadores também foram extremamente valiosas e abriram caminho para inovação e conquistas”.

O plano de desenvolvimento do campo de Búzios prevê a operação de até 12 FPSOs (unidades flutuantes que produzem, armazenam e transferem petróleo), atingindo até o final da década uma capacidade instalada superior a 2 milhões de barris de óleo equivalente por dia. Atualmente, quatro FPSOs produzem em Búzios, sendo que a quinta unidade (FPSO Almirante Barroso) encontra-se em estágio avançado de construção, enquanto a sexta (FPSO Almirante Tamandaré) está prevista para 2024.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/08/2021

VOLUMES EXCEDENTES DA CESSÃO ONEROSA DEVERÃO RESPONDER POR 56% DA PRODUÇÃO EM PARTILHA ATÉ 2030

Da Redação OFFSHORE 18 Agosto 2021



Os quatro contratos de volumes excedentes da Cessão Onerosa — Búzios e Itapu (já assinados) e Sépia e Atapu (que irão a leilão em dezembro próximo) — deverão responder por 56% da produção em regime de partilha até 2030, produzindo 4 bilhões de barris de petróleo na década.

No total, a produção estimada para o regime de partilha no período, considerando outros 15 contratos, somará mais de 7 bilhões de barris. A projeção é de um estudo inédito da Pré-Sal Petróleo (PPSA), apresentado nesta

quarta-feira (18) pelo presidente da empresa, Eduardo Gerk, a investidores estrangeiros durante evento promovido pela Câmara de Comércio Brasil-Texas em Houston, em paralelo à Offshore Technology Conference (OTC).

Ao longo da década, a União terá direito a uma produção superior a 900 milhões de barris de petróleo, sendo 43% referentes aos quatro contratos. A comercialização da parcela da União será realizada pela PPSA.

Gerk também deu boas notícias para a indústria fornecedora presente ao encontro. Segundo ele, o estudo estimou investimentos de US\$ 164 bilhões nos 19 contratos até 2030. Metade dos recursos deverão ser realizados pelos consórcios de Búzios, Itapu, Sépia e Atapu, que investirão em poços (44%), equipamentos subsea (30%) e FPSOs (26%).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/08/2021

PORTO DE SUAPE INVESTE R\$ 59 MILHÕES EM OBRAS DE INFRAESTRUTURA PARA MELHORAR COMPETITIVIDADE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 18 Agosto 2021



O Porto de Suape tem investimento previsto de R\$ 59 milhões em 2021 em obras de manutenção e requalificação da infraestrutura.

Entre as intervenções em andamento estão a restauração estrutural do molhe que protege o porto externo (área que abriga quatro píeres e o Cais de Múltiplos Usos para operação de carga e descarga) e também a recuperação do Píer de Granéis Líquidos (PGL-2) e das vias portuárias (drenagem e pavimentação), além do nivelamento do fundo do mar e construção de nova torre de controle.

"É um complexo com imensas oportunidades e terreno fértil para novos negócios, gerando novos empregos. Queremos aumentar o volume de cargas, trazer mais agilidade e automação para quem realiza as operações rotineiras. As obras de melhoria e de infraestrutura são essenciais para o bom funcionamento da máquina portuária. Tudo isso aliado a planos estratégicos baseados nas metodologias de inovação, que dará salto qualitativo com a parceria recente com um dos maiores centros de pesquisa do Brasil, o Cesar, que funciona no Porto Digital", afirma o presidente de Suape, Roberto Gusmão.

A maior parte das obras está em andamento, com prazo de conclusão previsto para o final do ano. Algumas intervenções terão início neste segundo semestre, como a construção da nova torre de controle. "É um projeto arrojado que dará maior conforto, modernidade e celeridade ao trabalho desenvolvido pela equipe que atua no controle de entrada e saída de navios. Foi concebido a partir de um modelo escolhido pelos funcionários em votação interna. A estrutura terá 269,40 metros quadrados de área, com três pavimentos, divididos em várias salas, como a de controle de tráfego, de coordenação, de administrativa, de arquivo e da tecnologia da informação, além de espaço para a praticagem, mirante, estacionamento, copa, vestiário, banheiros, área de convivência dos funcionários, depósito e guarita", revela o diretor de Engenharia de Suape, Cláudio Valença.

Paralelamente a essas intervenções, Suape vem investindo na manutenção das peças de grande porte das estruturas portuárias. Neste mês de agosto, o Píer de Graneis Líquidos 3 (PGL-3), responsável por operações de petróleo, diesel e de gás de cozinha, além das operações ship-to-ship, foi beneficiado com a troca de duas defensas.

Até o final do ano, mais 20 defensas serão substituídas. Troca de boias de sinalização e recuperação de itens como os cabrestantes de atracação dos PGLs são outras intervenções em curso. Haverá, ainda, manutenção da sinalização náutica dos cabeços e píeres do porto.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/08/2021



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 128/2021
Página 53 de 53
Data: 18/08/2021
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercosshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercosshipping.com.br).

Fonte : InforMS
Data : 20/04/2006